

Transnordestina Logística S.A.

Demonstrações Financeiras encaminhadas à ANTT, referentes ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2022

TLSA – Transnordestina Logística S.A.

Demonstrações financeiras acompanhadas do Relatório do Auditor
Independente

Em 31 de dezembro de 2022



Índice

	Página
Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras	3
Demonstrações financeiras	8
Notas explicativas às demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022	14

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Grant Thornton Auditores Independentes Ltda.

Rua Padre Carapuço, 752 -
6º andar, Sala 601 Boa Viagem,
Recife (PE) Brasil

T +55 81 3314-8886

Aos Administradores, Conselheiros e Acionistas da
TLSA – Transnordestina Logística S.A.
Fortaleza – CE

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da TLSA – Transnordestina Logística S.A. (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da TLSA – Transnordestina Logística S.A. em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro *International Financial Reporting Standards* (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor independente pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre estas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre estes assuntos.

1. Situação econômico-financeira da Companhia (Nota Explicativa nº 1)

Motivo pelo qual o assunto foi considerado um principal assunto de auditoria

A Companhia está em fase pré-operacional e ao longo dos últimos anos passou por situações que afetaram os planos para início de suas operações, bem como sua situação econômico-financeira. Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia apresenta excesso de passivos circulantes sobre ativos circulantes no montante de R\$ 277.049 mil.

Para início de suas operações e para equalização da situação do capital circulante negativo, a Administração da Companhia trabalha com ações contendo os seguintes principais elementos:

- (i) Liberação de recursos por parte de seus acionistas para a e conclusão da obra de construção da ferrovia;
- (ii) Liberação de recursos de terceiros, incluindo o repasse de recursos públicos que ficaram temporariamente suspensos por decisão cautelar imposta pelo Tribunal de Contas da União (TCU), Revogada em 27 de setembro de 2022 – através do Acórdão do TCU 1708-2022; e
- (iii) Readequação do projeto de construção da ferrovia, seu orçamento e cronograma para término da obra. Em 23 de dezembro de 2022, foi assinado o 1º Termo Aditivo ao Contrato de Concessão celebrado entre a União, por meio da Agência Nacional de Transporte Terrestre (ANTT), e a empresa Transnordestina Logística S/A (TLSA), com interveniência do DNIT.

Devido aos fatores mencionados e seus impactos no projeto da Companhia, no início de suas operações e situação econômico-financeira, consideramos esse assunto significativo e como principal assunto de auditoria.

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros:

- Avaliação, com o apoio dos nossos especialistas em finanças corporativas, das projeções econômicas e financeiras, da metodologia de cálculo, premissas e abordagem técnica utilizada no estudo que suportam as análises da Companhia;
- Desafio das premissas utilizadas pela administração da Companhia, no sentido de verificar se estariam adequadas e alinhadas com a atividade econômica na região e seus orçamentos;
- Discussões com a administração sobre os critérios utilizados para determinação dos fluxos de caixa e desafio de determinadas premissas utilizadas nos cálculos;
- Realização de análise de sensibilidade sobre essas premissas;
- Leitura e avaliação do 1º Termo Aditivo ao Contrato de Concessão do Acórdão do TCU 1708-2022; e
- Avaliação das divulgações efetuadas pela administração da Companhia nas demonstrações financeiras quanto à aderência às regras aplicáveis e ao fornecimento das informações relevantes.

Com base nos procedimentos efetuados, entendemos que ações e premissas adotados pela Companhia para equalização da situação econômico-financeira e início de operações vêm sendo executadas e que as divulgações efetuadas pela Administração nas notas explicativas estão consistentes com as informações e dados obtidos.

2. Valor recuperável do ativo imobilizado (Nota Explicativa nº 9)

Motivo pelo qual o assunto foi considerado um principal assunto de auditoria

O imobilizado é o ativo mais representativo da Companhia, apresentando, em 31 de dezembro de 2022, um saldo de R\$ 11.073.358 mil. Em decorrência da existência de indicadores que podem afetar sua recuperabilidade, a Administração da Companhia procedeu com os testes de recuperabilidade deste ativo.

Os testes efetuados pela Companhia requerem o exercício de julgamentos críticos e subjetivos sobre determinadas premissas que afetarão os fluxos de caixa futuros, tais como: **(i)** estimativa de taxas de crescimento; **(ii)** volume a ser transportado; **(iii)** margem operacional (valor de tarifas e custos); e **(iv)** taxas de descontos desses fluxos de caixas. Devido às incertezas inerentes ao processo de determinação das estimativas, bem como o fato de que qualquer mudança nas estimativas poderá impactar de forma relevante o montante recuperável desses ativos e, conseqüentemente, as demonstrações financeiras como um todo, consideramos esse assunto significativo e como principal assunto de auditoria.

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros:

- Avaliações e entendimento dos processos, controles operacionais e projeções de fluxos de caixa futuros incluídas no teste de recuperabilidade preparados pela Companhia;
- Avaliação, com o apoio dos nossos especialistas em finanças corporativas, das projeções e avaliação econômica e financeira, metodologia de cálculo, premissas e abordagem técnica utilizada no estudo que suportam as análises de recuperabilidade, incluindo comparação de informações externas com expectativas de mercado, bem como das informações internas com expectativas de anos anteriores e outras informações históricas;
- Revisão da taxa de desconto utilizada no modelo preparado pela Companhia para projetar os fluxos de caixas das operações;
- Desafio das premissas utilizadas pela administração da Companhia, no sentido de verificar se estariam adequadas e alinhadas com a atividade econômica na região e seus orçamentos;
- Discussões com a administração sobre os critérios utilizados para determinação dos fluxos de caixa e desafio determinadas premissas utilizadas nos cálculos;
- Análise de sensibilidade sobre essas premissas; e
- Avaliação das divulgações efetuadas pela administração da Companhia nas demonstrações financeiras quanto à aderência às regras aplicáveis e ao fornecimento das informações relevantes.

Com base nos procedimentos efetuados, entendemos que os critérios e premissas adotados pela Companhia para avaliação da recuperabilidade e a divulgação das estimativas relacionadas com o valor recuperável do ativo imobilizado foram adequadas no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Outros assuntos

Demonstração do Valor Adicionado

A demonstração do valor adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022, elaborada sob a responsabilidade da administração da Companhia e apresentada como informação suplementar para fins de IFRS, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nessa Norma e são consistentes em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Auditoria dos valores correspondentes ao exercício comparativo

O exame das demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021, cujos valores estão apresentados para fins de comparação, foi conduzido sobre a responsabilidade de outro auditor independente, que emitiu relatório de auditoria, sem modificações, em 24 de março de 2022.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos ou expressaremos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparentam estar distorcidas de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração destas demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor independente pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração;
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe uma incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manterem em continuidade operacional; e
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações, e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

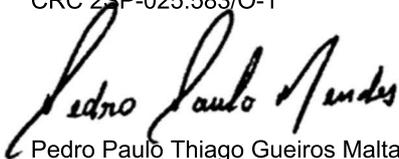
Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria.

Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos alguma que lei ou regulamento tenha proibido a divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Recife, 27 de março de 2023

Grant Thornton Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP-025.583/O-1



Pedro Paulo Thiago Gueiros Malta Mendes
Contador CRC 1PE-019.646/O-7



COMENTÁRIOS DE DESEMPENHO

2022



A Transnordestina Logística S.A (TLSA) é uma empresa privada registrada na CVM e com sede na cidade de Fortaleza-CE, controlada em conjunto pela VALEC Engenharia, Construções e Ferrovias (VALEC) e pela Companhia Siderúrgica Nacional (CSN), um dos principais grupos privados nacionais. A TLSA foi criada em 1º de janeiro de 1998 com o nome de Companhia Ferroviária do Nordeste S.A (CFN), quando incorporou os ativos existentes e o direito de concessão da malha ferroviária da antiga rede ferroviária federal (RFFSA).

Em 2008 houve a mudança da razão social de CFN para TLSA, e, em dezembro de 2013, ocorreu a cisão entre as empresas dando origem a Ferrovias Transnordestina Logística (FTL) e a Transnordestina Logística (TLSA).

A TLSA vem empreendendo esforços e investimentos no Projeto Transnordestina, que consiste na construção da malha ferroviária que ligará Eliseu Martins (PI) aos Portos de Suape (PE) e Pecém (CE), totalizando 1.753 km de malha. A ferrovia está sendo construída com bitolas larga e mista, com rampa máxima compensada de 1,0% sentido exportação, rampa máxima compensada de 1,5% sentido importação e raio mínimo de curva de 400 metros. O projeto visa a maximização dos recursos e minimização do tempo de implantação, assim como a garantia de serviços logísticos de alta qualidade e baixo custo, dada as características do projeto.

O orçamento do projeto, onde estima-se o valor por trecho, está assim composto: Missão Velha – Salgueiro montante de R\$ 0,4 bilhão, Salgueiro – Trindade montante de R\$ 0,7 bilhão, Trindade – Eliseu Martins montante de R\$ 2,4 bilhões, Missão Velha – Porto de Pecém montante de R\$ 3 bilhões, Salgueiro – Porto de Suape montante de R\$ 4,7 bilhões, totalizando R\$ 11,2 bilhões. O projeto encontra-se em processo de readequação orçamentária cujo orçamento proposto é da ordem de R\$ 13,2 bilhões.

Em 2014 a concessão para prestação de serviços ferroviários da TLSA foi prorrogada por mais 30 anos, podendo encerrar-se até o ano de 2057.

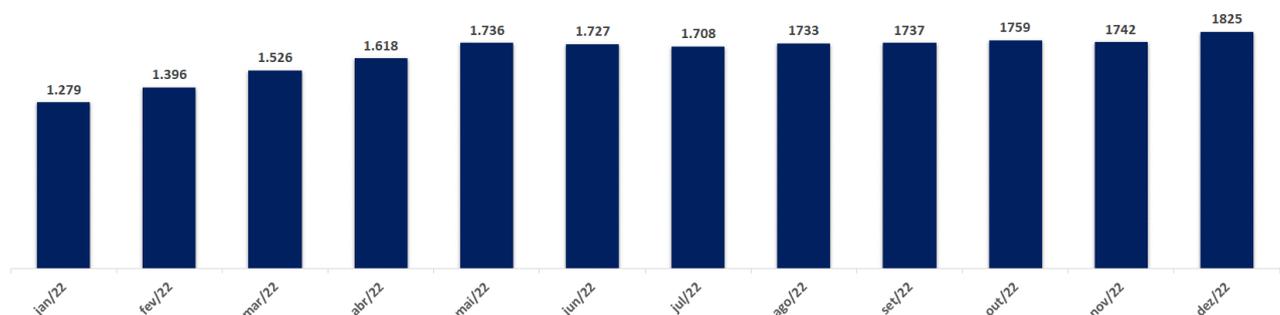
Os comentários a seguir referem-se aos resultados de 2022.

As demonstrações financeiras intermediárias foram revisadas por auditores externos.

PRINCIPAIS DESTAQUES

Em 2022 vale ressaltar:

Atualmente a obra possui 505 equipamentos de grande porte mobilizados, além de um quadro total de 1.825 pessoas alocadas, conforme demonstra a evolução do gráfico abaixo:



INVESTIMENTOS

O montante acumulado de desembolso financeiro diretamente atribuído ao projeto Transnordestina é de R\$ 7,136 bilhões, sendo R\$ 249 milhões investidos em 2022.

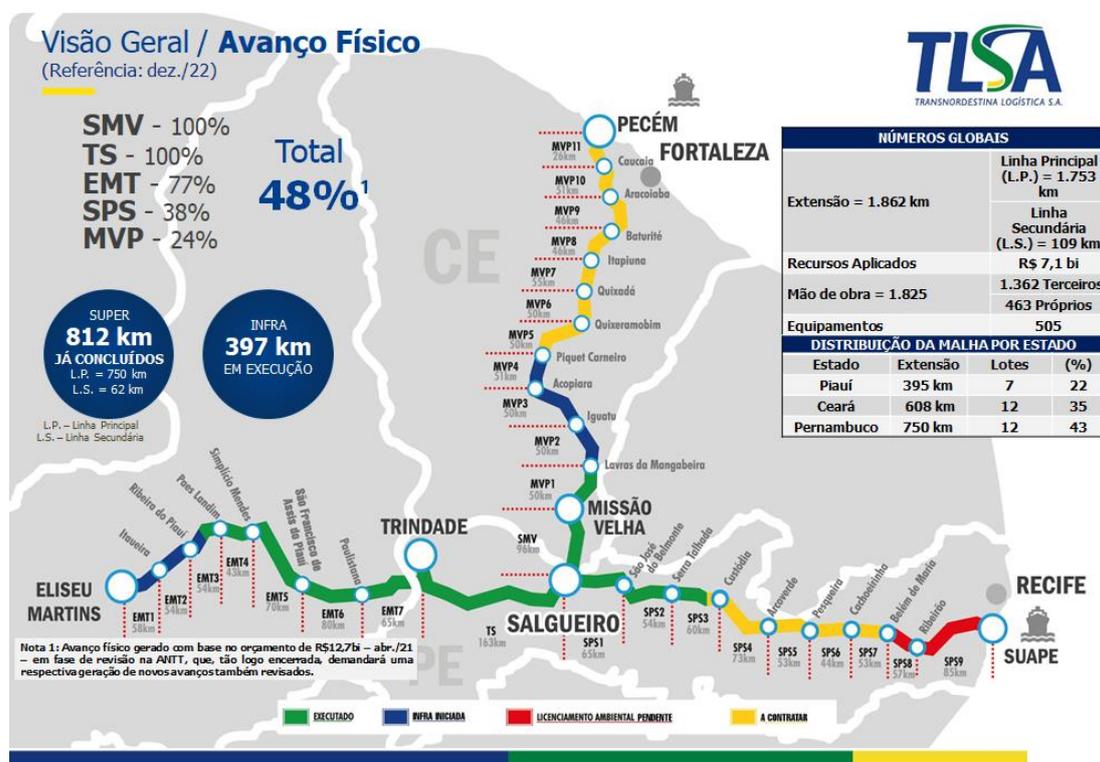
O avanço físico global atingiu a marca de 48% e já conta com 812 km de grade ferroviária efetivamente montada.

Para melhor entendimento destacamos o andamento da obra em cada trecho do projeto:

- As obras do trecho Missão Velha/CE - Salgueiro/PE, com extensão de 96 km, foram iniciadas em julho/06. As obras neste trecho encontram-se concluídas. Somente serviços de conservação corrente da via estão sendo realizados.

- As obras do trecho Salgueiro/PE – Trindade/PE, com extensão de 163 km, foram iniciadas em fevereiro de 2009. Atualmente as obras de Infraestrutura, OAE e Superestrutura encontram-se concluídas. Somente serviços de conservação corrente da via estão sendo realizados.
- As obras do trecho Eliseu Martins/PI - Trindade/PE, com extensão de 423 km, representam um avanço de 78% de infraestrutura, 93% de OAE e 63% de Superestrutura, representando um avanço total de 77%.
- As obras do trecho Salgueiro/PE – Porto de Suape/PE, com extensão de 544 km, estão com um avanço total de 38%, com 306 km de obras iniciadas, correspondendo aos lotes de Projeto: SPS-01 ao SPS-05. Os lotes SPS-01 e SPS- 02 estão concluídos. O lote SPS-03 está 99% executado, restando apenas a implementação dos últimos 0,6 km de superestrutura, devido ao embargo judicial existente no início do lote SPS-04 (questões ligadas ao desvio da Igreja de Custódia – tombada pelo IPHAN). No SPS 05 podemos destacar a obra do Túnel de Arcoverde que se encontra finalizada. Os demais lotes estão em processo de licenciamento ambiental, após aprovação de projeto revisado de Engenharia pela ANTT (SPS-08 / Barragem de Serro Azul e SPS-09 / Variante para que ferrovia não intercepte núcleos urbanos).
- As obras do trecho Missão Velha/CE – Pecém/CE, com extensão de 527 km, foram retomadas em 2019, a Construtora Marquise está executando os lotes 01 ao 03. O trecho tem 200 km de infraestrutura contratada, bem como 50 km de superestrutura iniciada em setembro de 2022, com avanços de 27% em Infraestrutura, 43% em OAE (Obras de Artes Especiais) e 8% em Superestrutura, totalizando avanço de 24%.

No sumário executivo abaixo visualizamos o estágio atual das obras da Ferrovia Transnordestina, referente a 2022:



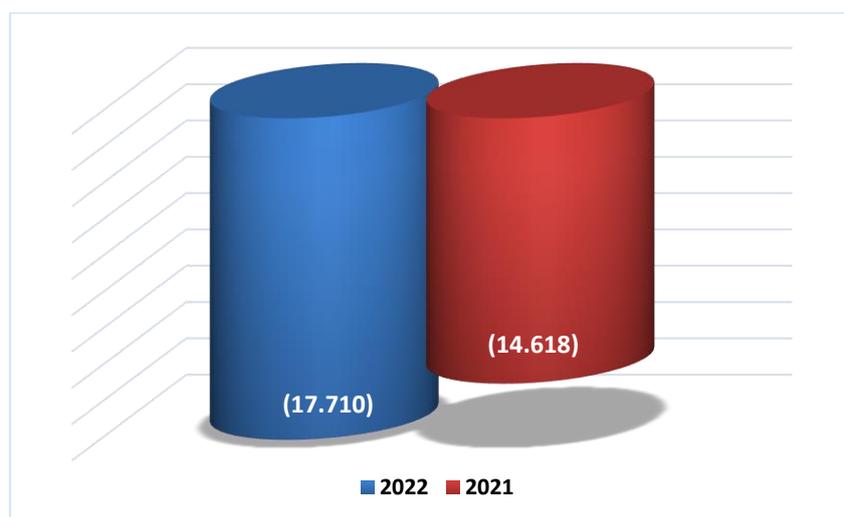
PESSOAL

O número de colaboradores próprios da TLSA em 2022 é de 463 pessoas, no exercício de 2021 esse número era de 244 pessoas.

DESEMPENHO FINANCEIRO

A empresa encontra-se em fase pré-operacional, desta forma, grande parte dos desembolsos são levados a Investimento – Imobilizado em Andamento – inclusive aqueles referentes à engenharia e mão de obra própria.

EBITDA Ajustado



Em R\$ mil	2022	2021
Prejuízo do Período	(61.861)	(97.056)
(+) Despesas Financeiras líquidas das receitas financeiras	21.551	20.650
(+) Depreciações, amortizações e exaustões	10.238	5.972
LAJIDA (EBITDA)	(30.072)	(70.433)
(+) Outras receitas (despesas) operacionais	12.362	55.815
LAJIDA Ajustado (EBITDA Ajustado)*	(17.710)	(14.618)

*A companhia divulga seu EBITDA ajustado, excluindo outras receitas (despesas) operacionais, por entender que não devem ser consideradas no cálculo da geração recorrente de caixa operacional.

O EBITDA ajustado, que representa o Lucro antes da depreciação, encargos financeiros, impostos e outras receitas (despesas) operacionais, atingiu o valor de R\$ 17.710 mil negativos em 2022. No exercício de 2021 o EBITDA ajustado foi de R\$ 14.618 mil negativos.

RELACIONAMENTO COM AUDITORES EXTERNOS

A contratação dos auditores independentes foi aprovada pelo conselho de administração, sendo que os serviços por eles prestados referem-se exclusivamente à auditoria das demonstrações financeiras.

TRANSNORDESTINA LOGÍSTICA S.A.

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 31 DE DEZEMBRO 2021

(Em milhares de reais - R\$ mil)

ATIVOS	Nota explicativa	31/12/2022	31/12/2021	PASSIVOS E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Nota explicativa	31/12/2022	31/12/2021
CIRCULANTES				CIRCULANTES			
Caixa e equivalentes de caixa	4	1.164	1.259	Fornecedores	10	61.577	70.624
Estoques	5	510	48	Empréstimos e financiamentos	11	57.799	59.407
Impostos a recuperar	6	2.239	1.494	Debêntures	12	84.125	169.220
Despesas antecipadas	7	6.564	6.665	Impostos e contribuições a recolher		5.490	5.213
Outros ativos		3.933	3.599	Provisões para riscos fiscais, trabalhistas e cíveis	13	73.374	77.339
Total dos ativos circulantes		<u>14.410</u>	<u>13.065</u>	Outros passivos		9.094	6.087
				Total dos passivos circulantes		<u>291.459</u>	<u>387.890</u>
NÃO CIRCULANTES				NÃO CIRCULANTES			
Aplicação financeira	8	121.959	7.242	Empréstimos e financiamentos	11	436.336	483.083
Partes relacionadas	14	36.646	4.887	Debêntures	12	5.339.662	5.059.177
Depósitos judiciais	13	10.668	25.396	Partes relacionadas	14	1.366.897	1.123.440
Despesas antecipadas	7	18.145	24.242	Adiantamento para futuro aumento do capital	14	1.484.759	927.077
Impostos a recuperar	6	109.676	105.874	Total dos passivos não circulantes		<u>8.627.654</u>	<u>7.592.777</u>
Imobilizado	9	11.073.358	10.157.570				
Total dos ativos não circulantes		<u>11.370.452</u>	<u>10.325.211</u>	PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
				Capital social	15	3.579.759	3.409.758
				Prejuízos acumulados		(1.114.010)	(1.052.149)
				Total do patrimônio líquido		<u>2.465.749</u>	<u>2.357.609</u>
TOTAL DOS ATIVOS		<u><u>11.384.862</u></u>	<u><u>10.338.276</u></u>	TOTAL DOS PASSIVOS E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		<u><u>11.384.862</u></u>	<u><u>10.338.276</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

TRANSNORDESTINA LOGÍSTICA S.A.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO
EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022
(Em milhares de reais - R\$)

	<u>Nota explicativa</u>	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS			
Despesas administrativas e gerais	16	(27.948)	(20.591)
Outras despesas operacionais, líquidas	16	(12.362)	(55.815)
RESULTADO ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO		<u>(40.310)</u>	<u>(76.406)</u>
RESULTADO FINANCEIRO			
Receitas financeiras	17	6.008	5.154
Despesas financeiras	17	(27.559)	(25.804)
Total		<u>(21.551)</u>	<u>(20.650)</u>
PREJUÍZO DO EXERCÍCIO		<u>(61.861)</u>	<u>(97.056)</u>
Prejuízo básico/diluído por lote de mil ações	15	(1,1745)	(1,8593)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

TRANSNORDESTINA LOGÍSTICA S.A.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022
(Em milhares de reais - R\$)

	Capital social	Prejuízos acumulados	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2020	3.409.758	(955.093)	2.454.665
Prejuízo do exercício	-	(97.056)	(97.056)
Saldo em 31 de dezembro de 2021	<u>3.409.758</u>	<u>(1.052.149)</u>	<u>2.357.609</u>
Aumento de capital	170.001	-	170.001
Prejuízo do exercício	-	(61.861)	(61.861)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	<u>3.579.759</u>	<u>(1.114.010)</u>	<u>2.465.749</u>
	-	-	-

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

TRANSNORDESTINA LOGÍSTICA S.A.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA
EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022
(Em milhares de reais - R\$)

	Nota explicativa	31/12/2022	31/12/2021
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS			
Prejuízo do exercício		(61.861)	(97.056)
Ajustes para reconciliar o prejuízo do exercício com o caixa líquido aplicado nas atividades operacionais:			
Depreciação	9 e 16	10.238	5.972
Provisão para perda de estoque	5 e 16	(3.277)	37
Variações monetárias e juros - líquido		10.222	11.453
Baixa de custo de transação de empréstimo		7.399	6.829
Provisão para contingências		13.660	34.130
Resultado na baixa de ativo imobilizado	9 e 16	-	21.110
Caixa gerado nas operações		<u>(23.619)</u>	<u>(17.525)</u>
(Aumento) redução nos ativos e passivos operacionais:			
Estoques		2.815	(52)
Depósitos judiciais		(2.058)	(13.315)
Impostos a recuperar		(4.547)	2.957
Outras contas a receber		(334)	17
Despesas antecipadas		954	133
Partes relacionadas		(42.848)	(11.565)
Fornecedores		(12.993)	2.872
Outras contas a pagar		3.007	1.285
Impostos e contribuições a recolher		(604)	162
Custos de transação pagos		(18.148)	(20.278)
Variações nos ativos e passivos		<u>(74.756)</u>	<u>(37.784)</u>
Juros pagos	11	<u>(185.772)</u>	<u>(130.109)</u>
Caixa líquido aplicado nas atividades operacionais		<u>(284.147)</u>	<u>(185.418)</u>
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO			
Aplicação financeira		(103.062)	110.150
Aquisição de imobilizado		<u>(325.912)</u>	<u>(204.308)</u>
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento		<u>(428.974)</u>	<u>(94.158)</u>
FLUXO DE CAIXA GERADO NAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO			
Aporte de capital de acionistas		70.001	-
Captação de AFAC com a controladora	14	657.682	262.479
Obtenção de financiamentos com partes relacionadas	14	100.000	100.000
Amortização do principal de financiamentos com o BNDES	11	(18.597)	(18.549)
Amortização do principal de financiamentos com o Itaú (FINAME)	11	(1.382)	(2.474)
Amortização do principal de financiamentos com o BNB FNE	11	(14.355)	(14.355)
Amortização do principal de financiamentos com o BNB M.TUAL	11	(14.520)	(14.520)
Amortização Debêntures		<u>(65.803)</u>	<u>(33.136)</u>
Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamento		<u>713.026</u>	<u>279.445</u>
DIMINUIÇÃO DO SALDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		<u>(95)</u>	<u>(131)</u>
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		1.259	1.390
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício		1.164	1.259
DIMINUIÇÃO DO SALDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		<u>(95)</u>	<u>(131)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

TRANSNORDESTINA LOGÍSTICA S.A.

DEMONSTRAÇÃO DOS VALORES ADICIONADOS
EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022
(Em milhares de reais - R\$)

	Nota explicativa	31/12/2022	31/12/2021
Receitas		382	365
Outras receitas		382	365
Insumos adquiridos de terceiros		(16.498)	(59.921)
(Inclui os valores dos impostos - ICMS, IPI, PIS e COFINS)			
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros		1.728	(1.729)
Outras - materiais de consumo Adm./Com. e outros		(18.226)	(58.192)
Valor adicionado bruto		(16.116)	(59.556)
Depreciação, amortização e exaustão	9 e 16	(10.238)	(5.972)
Valor adicionado líquido produzido pela Companhia		(26.354)	(65.528)
Valor adicionado recebido em transferência	17	6.008	5.154
Receitas financeiras		6.008	5.154
Valor adicionado total a distribuir		(20.346)	(60.374)
Distribuição do valor adicionado		(20.346)	(60.374)
Pessoal		13.232	10.131
Remuneração direta		11.334	8.551
Benefícios		1.517	1.229
FGTS		381	351
Impostos, taxas e contribuições		3.597	1.292
Federais		3.597	1.292
Remuneração de capitais de terceiros		24.686	25.259
Juros	17	11.164	14.589
Outras		13.522	10.670
Remuneração de capitais próprios		(61.861)	(97.056)
Prejuízo do exercício		(61.861)	(97.056)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro 2022

(Em milhares de reais - R\$, exceto quando especificado)

1. Contexto operacional

A Transnordestina Logística S.A. (“Companhia”) é uma sociedade por ações, sediada em Fortaleza-CE, com registro de companhia aberta, classe B, junto à Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”). A Companhia, não possui ações negociadas em bolsa de valores, sendo uma controlada em conjunto pela Companhia Siderúrgica Nacional (“CSN”) e pela Infra S.A. (anteriormente denominada de VALEC Engenharia, Construções e Ferrovias S.A.).

A Companhia tem por objeto social prestar serviços de transporte ferroviário; explorar serviços de carga, descarga, armazenagem e transbordo nas estações, pátios e terrenos existentes na faixa de domínio das linhas ferroviárias objeto da concessão; explorar os transportes intermodais necessários ao desenvolvimento de suas atividades; participar de projetos que tenham como objeto a promoção do desenvolvimento socioeconômico das áreas de influência, visando a ampliação dos serviços ferroviários concedidos; exercer a atividade de operador portuário; exercer outras atividades que utilizem como base a infraestrutura da Companhia; exercer a função de operador de transporte multimodal (OTM) e executar todas as atividades afins ou correlatas às descritas anteriormente.

Em 31 de dezembro de 1997, foi assinado o contrato de concessão entre a União, representada pelo Ministério dos Transportes e a Companhia, para a exploração e desenvolvimento do serviço público de transporte ferroviário de carga na Malha Nordeste, por um período de 30 anos, podendo ser prorrogado por igual período. A Malha Nordeste engloba 7 (sete) Estados da Federação, desde a divisa dos Estados de Sergipe e Alagoas até o Estado do Maranhão, com uma extensão total de 4.534 km, conforme Edital PND/A-02/97/RFFSA do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES.

Em 25 de novembro de 2005, a Companhia e seus acionistas, na época a Companhia Siderúrgica Nacional e a Taquari Participações S.A., em conjunto com os órgãos da administração pública: União Federal, Agência de Desenvolvimento do Nordeste (ADENE, atual Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste - SUDENE), Departamento Nacional de Infraestrutura e Transportes (DNIT), Banco do Nordeste do Brasil (BNB), Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e BNDES Participações (BNDESPAR) firmaram protocolo de intenções para realização de projeto de infraestrutura denominado “Projeto Transnordestina”.

A então nova ferrovia, com extensão de 1.753 km, previa a ligação do terminal ferroviário, em Eliseu Martins (PI) aos dois modernos portos de Suape (PE) e Pecém (CE), passando pela cidade de Salgueiro (PE). A Transnordestina Logística S.A. entende que este é um projeto estruturante que permitirá aumentar a competitividade de diversas cadeias produtivas localizadas ao longo da ferrovia.

Em 2006 iniciaram-se as obras no trecho Missão Velha (CE) a Salgueiro (PE) e em 2009 iniciaram-se as obras no trecho Salgueiro (PE) a Trindade (PE).

Em 11 de janeiro de 2007, a Comissão de Valores Mobiliários - CVM concedeu à Transnordestina Logística S.A, registro inicial de companhia aberta. A abertura de capital foi necessária para fins de observância a exigência da Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT, quando da aprovação da incorporação da Transnordestina pela então Companhia Ferroviária do Nordeste - CFN, anterior razão social da Companhia.

Em 22 de fevereiro de 2013, foi autorizada pela ANTT, através da Resolução 4.042, a cisão da concessão para exploração e desenvolvimento do serviço público de transporte ferroviário de carga na Malha Nordeste, bem como a cisão da concessionária Transnordestina Logística S.A. com a consequente constituição de duas companhias abertas, tendo uma por objeto a operação da malha composta pelos trechos São Luiz - Mucuripe, Arrojado - Cabedelo e Macau - Recife (Malha I) e a outra a construção e operação da expansão da malha Nordeste, composta pelos trechos Missão Velha - Salgueiro, Salgueiro - Trindade, Trindade - Eliseu Martins, Salgueiro - Porto de Suape e Missão Velha - Porto de Pecém (Malha II).

Adicionalmente, nesta mesma Resolução, a ANTT considerou que o prazo original da concessão é insuficiente para amortizar os investimentos a serem feitos para viabilização das obras dos novos ramais da malha nordeste, implicando a necessidade de prorrogação do prazo original da concessão, dentro das limitações previstas no contrato de concessão original.

Em 20 de setembro de 2013 a Companhia assinou Acordo de Investimentos juntamente com acionistas e órgãos financiadores, cujo orçamento vigente era de R\$ 7,542 bilhões (em substituição aos R\$ 5,422 bilhões iniciais), sendo, R\$ 1,888 bilhões provenientes da CSN, R\$ 230 milhões do acionista VALEC (empresa pública controlada pelo Governo Federal), R\$ 1,143 bilhões de aumento de capital com recursos do Fundo de Investimentos do Nordeste (FINOR), R\$ 180 milhões referente a empréstimo com recursos do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE), R\$ 225 milhões de recursos a título de empréstimos, provenientes do BNDES e R\$ 3,876 bilhões de recursos do Fundo de Desenvolvimento do Nordeste (FDNE).

Em 27 de dezembro de 2013, foi aprovada pelos acionistas da Companhia a cisão parcial dos ativos e passivos referentes à Malha I, tendo sido estes incorporados pela FTL – Ferrovia Transnordestina Logística S.A.

Em 22 de janeiro de 2014, foi assinado o contrato de concessão entre a União, por intermédio da ANTT, e a Companhia, para a exploração e desenvolvimento do serviço público de transporte ferroviário de carga na Malha Nordeste, até o ano de 2057, devendo o poder concedente declarar extinta a concessão, uma vez alcançada a taxa de retorno de 6,75% a.a. (seis inteiros e setenta e cinco por cento ao ano) atualizado pelo IPCA, referente aos trechos que compõem a Malha II.

A prestação dos serviços ferroviários de que trata o contrato de concessão é realizada com a utilização de ativos cuja construção se encontra em andamento e sendo executada com recursos próprios da Companhia e da União, conforme Acordo de Investimento celebrado entre os acionistas.

Desta forma, durante o período de obras do “Projeto Transnordestina”, haverá utilização de bens alugados ou pertencentes à Companhia e, posteriormente, após a liberação dos trechos pelo Poder Concedente, estes, passarão à condição de arrendados.

À Companhia compete a obrigação de execução das obras de implantação dos trechos ferroviários, bem como a obtenção dos financiamentos necessários à execução do objeto contratual da concessão. Não há previsão para cobrança, pelo Poder Concedente, de contrapartida financeira sobre a concessão do direito de exploração de serviço público de transporte ferroviário de cargas à Companhia.

O Tribunal de Contas da União - TCU, por meio de decisão cautelar emitida em maio de 2016, referente ao processo TC 012.179/2016, proibiu novos repasses de recursos públicos à TLSA por parte da VALEC

(antiga denominação da Infra S.A.), FINOR, FNE, FDNE, BNDES e BNDESPAR. Após a apresentação de recurso contra a decisão cautelar e fornecidas as devidas explicações, em junho de 2016 a decisão liminar proferida pelo TCU foi revogada por unanimidade dos membros deste tribunal, tendo sido restabelecida a continuidade dos aportes programados.

O FINOR aprovou através do Despacho nº 12 e Portaria nº 60, ambos do Ministério da Integração, a readequação orçamentária do projeto, que foi concluída em julho de 2016. Em relação ao FDNE, cujo agente operador é o Banco do Nordeste do Brasil, a Companhia aguarda a conclusão do processo de readequação orçamentária.

Por meio de nova decisão cautelar emitida em janeiro de 2017, ainda referente ao processo TC 012.179/2016, o TCU proibiu novamente os repasses de recursos públicos à TLSA por parte da VALEC, FINOR, FNE, FDNE, BNDES e BNDESPAR. Em 11 de março de 2020 o processo foi inserido na Pauta de Julgamento do TCU, nesta mesma data o processo foi retirado de pauta por tempo indeterminado.

Em 2020, após tramitação de procedimento administrativo perante a Agência Nacional de Transportes Terrestres (“ANTT”), no qual se avaliou o regular cumprimento das obrigações do Contrato de Concessão pela Companhia, a ANTT propôs à União a declaração da caducidade do Contrato de Concessão da TLSA e a instauração de processo administrativo no âmbito da Superintendência de Infraestrutura e Serviços de Transporte Ferroviário de Cargas – SUFER.

Em 23 de dezembro de 2022, foi assinado o 1º Termo Aditivo ao Contrato de Concessão celebrado entre a União, por meio da Agência Nacional de Transporte Terrestre (ANTT), e a empresa Transnordestina Logística S/A (TLSA), com interveniência do DNIT, o qual, em síntese, altera o escopo a ser implementado na malha da Ferrovia Transnordestina, bem como adequa os investimentos obrigatórios e os respectivos prazos, conforme diretrizes amplamente discutidas ao longo do segundo semestre de 2022 pelos diversos atores públicos envolvidos na concessão.

As alterações promovidas no Contrato de Concessão pelo Ministério da Infraestrutura e pela ANTT, na condição de representantes da administração pública federal, visaram a atender as orientações e determinações do Tribunal de Contas da União e à maximização do interesse público ínsito à implantação do Projeto Nova Transnordestina, com destaque para a previsão da devolução do trecho Salgueiro-Porto de Suape, o que resulta em projeto com os atuais Suape, o que resulta em projeto com os atuais 1.206 km de malha ferroviária e prazo de conclusão até dezembro de 2029.

Com esse ato, igualmente, se pôs fim à discussão do referido procedimento administrativo de recomendação de caducidade, que tramitava por parte da Agência Nacional de Transportes Terrestres (“ANTT”), o que somente foi possível com a superação das seguintes questões junto à ANTT e TCU: (a) Revogação em 27 de setembro de 2022 – através do Acórdão do TCU 1708-2022 – da medida cautelar objeto do subitem 9.2 do Acórdão 2.532/2017-Plenário, a qual suspendia à época novos repasses de recursos públicos à TLSA, tendo sido restabelecida a continuidade dos aportes programados; e (b) Aprovação pela ANTT dos projetos executivos e orçamento regulatório, com a publicação no Diário Oficial da União – DOU a Deliberação nº 238, de 13 de julho de 2021, por meio da qual aprovou os projetos executivos para a ferrovia da TLSA, bem como através da Deliberação ANTT nº 302 ANTT, por meio da qual aprovou a atualização do orçamento regulatório do empreendimento da ferrovia, no valor de R\$ 12,7bi.

A Administração considera que os investimentos permitirão que a Transnordestina Logística S.A. (“TLSA”), concessionária detentora do Projeto Transnordestina, realize o transporte de vários produtos, como soja, milho, minério de ferro, pedra calcária, algodão, cana-de-açúcar, fertilizantes, petróleo e combustíveis, tendo a TLSA obtido as autorizações ambientais exigidas para os trechos em obra, cuja implementação está avançada, tendo sido concluída a “fase I” no trecho do estado do Piauí até a cidade de São Miguel do Fidalgo, seguindo com obras de superestrutura e infraestrutura no trecho do estado do Ceará.

Situação econômico-financeira

A Companhia encontra-se em fase de implantação, devendo assim permanecer até a conclusão da malha II. O cronograma aprovado, que prevê o término da obra para dezembro de 2029, está atualmente revisado junto aos órgãos responsáveis. Contudo, a Administração da Companhia entende que novos prazos para conclusão do projeto não impactarão negativamente de forma substancial no retorno esperado do investimento.

Ainda que em 31 de dezembro de 2022 a Companhia apresente capital circulante líquido negativo de R\$ 277.049, a Companhia conta com recursos de seus acionistas e de terceiros para conclusão da obra, que vem sendo disponibilizados, com base em acordos anteriormente celebrados e nas discussões recentes entre as partes envolvidas. Conforme o Acordo de Investimentos, à CSN caberá a responsabilidade de aportar recursos extraordinários, se houver necessidade de investimentos que ultrapassem o orçamento acordado, em troca de contrato de uso da via permanente.

Em julho de 2019 foi assumido o compromisso pelo acionista privado (CSN) de realizar aportes no montante de R\$ 263 milhões a fim de reestabelecer o ritmo de obras, sendo realizado ao longo de 2020 suplementação ao valor de investimento inicialmente estabelecido no montante de R\$ 46 milhões, totalizando ao final daquele exercício R\$ 303 milhões em obra. No exercício de 2021 foi executado R\$ 207,8 milhões de investimentos no projeto.

Em dezembro de 2021, a diretoria da Companhia submeteu e aprovou junto ao Conselho de Administração para 2022 a proposta orçamentária de R\$ 758 milhões, sendo R\$ 413 milhões destinados aos investimentos do projeto, dos quais R\$ 249 milhões destinados às execuções de obra. Durante o exercício social findo em 31 de dezembro de 2022, houve ingresso de recursos pelo acionista privado o montante de R\$ 757.682 (Nota Explicativa nº 14), sendo executado R\$ 337.456 milhões de investimentos no projeto.

Até 31 de dezembro de 2022 foram investidos no projeto, aproximadamente, o montante de R\$ 7,2 bilhões (R\$ 6,9 bilhões em 31 de dezembro de 2021), recursos oriundos das seguintes fontes: FINOR R\$ 587 milhões, FNE R\$ 180 milhões, FDNE R\$ 3,065 bilhões, BNDES R\$ 225 milhões, VALEC R\$ 1,125 bilhões e CSN R\$ 1,954 bilhões.

Em 31 de dezembro de 2022, o estágio das obras apresentava o seguinte avanço, por trecho: Salgueiro (PE) - Missão Velha (CE) – extensão total de 96 quilômetros com avanço de 100% * (concluído), Salgueiro (PE) - Trindade (PI) – extensão total de 163 quilômetros com avanço de 100% * (concluído), Eliseu Martins (PI) - Trindade (PI) – extensão total de 423 quilômetros com avanço de 77% *, Salgueiro (PE) - Porto de Suape (PE) – extensão total de 544 quilômetros, com avanço de 38% * e Missão Velha (CE) - Pecém (CE) – extensão total de 527 quilômetros com avanço de 24% *.

Atualmente estão mobilizados os canteiros de obras do município de Simplício Mendes, no estado do Piauí, com execução de obras pela Construtora Via Magna e o canteiro de obras do município Iguatu, no estado do Ceará, com execução pela Construtora Marquise.

As obras de infraestrutura (terraplenagem, drenagem e obras de arte especiais) nos lotes 03 (14 km finais), 04, 05, 06 e 07 do trecho Eliseu Martins a Trindade (EMT) foram concluídas no ano de 2021. Atualmente estão em andamento as obras de infraestrutura nos lotes 01,02 e 03 do trecho que liga Missão Velha ao Porto de Pecém (MVP), assim como a execução de 50 km de superestrutura no lote 01 do mesmo trecho (MVP), além de 165 km de superestrutura e serviços complementares (recuperação de camadas finais) nos lotes 03 (14 km finais), 04, 05, 06 do trecho EMT. Os recursos utilizados na obra nos anos de 2019 a 2022 foram aportados pelo acionista privado (“CSN”).

As fontes de financiamento do projeto são: (i) financiamentos concedidos pelo Banco do Nordeste/FNE e BNDES, (ii) debêntures de emissão do FDNE, (iii) contratos de uso da Via Permanente e (iv) aporte de capital pela CSN e acionistas públicos.

A Companhia garante 100% dos financiamentos obtidos pela TLSA junto ao Banco do Nordeste/FNE e ao BNDES, bem como 50,97% das debêntures de emissão do FDNE (considera 48,47% de garantia corporativa, 1,25% de carta fiança para o BNB e 1,25% de garantia corporativa para o BNB). Nos termos do regulamento do FDNE aprovado pelo Decreto Federal nº 6.952/2009, bem como do Acordo de Investimentos firmado com os acionistas/ financiadores públicos, até 50% das debêntures poderão ser convertidas em ações da TLSA.

(* Não auditado)

Impactos do COVID-19

Desde março de 2020 foi decretado estado de pandemia pela Organização Mundial de Saúde devido ao surto do Coronavírus 2019 (COVID-19), os principais impactos e primeiros casos foram contabilizados no Brasil e no mundo também do primeiro trimestre de 2020. Em setembro de 2021, o país apresentou uma evolução significativa nos níveis de vacinação, com redução da taxa de transmissão e número de casos, com isso houve uma leve melhora nas atividades econômicas.

A administração avaliou os impactos ocasionados pela pandemia de COVID-19 nas suas operações e nas demonstrações financeiras com data-base 31 de dezembro de 2022.

A Companhia entende que a necessidade de aporte de capital por seus acionistas é inerente a atual fase do projeto e não identificou indícios que possam levar descontinuidade dos investimentos necessários à continuidade das obras.

Após análise interna, não houve indicação de redução ao valor recuperável de ativos ou riscos associados ao cumprimento de obrigações, e não foram apresentadas novas evidências que impactem de forma material na análise de premissas e indicativos referentes ao valor recuperável de seus ativos (“Impairment”) na data base de 31 de dezembro de 2022, conforme exigido pelo IAS 36 e CPC 01, e não identificou necessidade de reconhecer uma perda para data-base em análise. Até o momento, não sofremos nenhum impacto material em nossas operações. Hoje, não identificamos impactos relevantes nas demonstrações financeiras.

2. Base de preparação

a) Declaração de conformidade

As presentes demonstrações financeiras incluem as demonstrações financeiras preparadas conforme as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM) também de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

A administração declara que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas pela administração na sua gestão.

A autorização para emissão dessas demonstrações financeiras foi dada pelo Conselho de Administração e pelo Conselho Fiscal da Companhia em 27 de março de 2023.

b) Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor e determinados ativos e passivos financeiros mensurados a valor justo.

c) Moeda funcional e moeda de apresentação

Essas demonstrações financeiras são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia. Todas as demonstrações financeiras apresentadas em Real foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

d) Uso de Estimativas e julgamentos

A preparação demonstrações financeiras de acordo com as normas IFRS e as práticas contábeis adotadas no Brasil requerem que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados.

As informações sobre estimativas e julgamentos referentes às políticas contábeis adotadas que apresentam efeitos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- Continuidade operacional

A administração da Companhia preparou suas demonstrações financeiras com base no pressuposto de continuidade operacional, tendo em vista o compromisso de seus acionistas, principalmente o acionista privado em fazer os aportes necessários para honrar os compromissos da Companhia nos próximos doze meses. Tendo em vista que a Companhia está em fase pré-operacional e depende dos recursos de seus acionistas para honrar seus compromissos nos próximos doze meses, este é um julgamento contábil crítico.
- Análise de recuperabilidade (*Impairment*) do ativo imobilizado

A cada encerramento de exercício a Companhia revisa os saldos dos ativos intangíveis e imobilizados, avaliando a existência de indicativos de que esses ativos tenham sofrido redução em seus valores de recuperação (valor em uso). Na existência de tais indicativos, a Administração efetua uma análise detalhada do valor recuperável para cada ativo através do cálculo do fluxo de caixa futuro individual descontado a valor presente, ajustando o saldo do respectivo ativo, se necessário.
- Contabilização da provisão para riscos fiscais, trabalhistas e cíveis.

A Companhia é parte de diversos processos judiciais e administrativos, como descrito na Nota 13. Provisões são constituídas para todos os processos judiciais que representam perdas prováveis estimadas com certo grau de segurança. A avaliação da probabilidade de

perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. A Administração acredita que essas provisões para riscos fiscais, trabalhistas e cíveis estão corretamente apresentadas nas demonstrações financeiras e são suficientes para cobrir prováveis perdas.

- Não aplicação do IFRIC 12 - “*Service Concessions Agreements*” (Contratos de Serviço de Concessão)

Conforme a interpretação do Comitê de Pronunciamentos Contábeis, ICPC 01 (R1) – Contratos de Concessão, sobre a IFRIC 12 - “*Service Concessions Agreements*”, para que um contrato de concessão seja aderente a IFRIC 12 é necessário o atendimento de todos os seguintes critérios: **(i)** regulamentação e controle da concessionária pela concedente; **(ii)** determinação de preço; e **(iii)** determinação dos clientes aos quais serão destinados os serviços. O contrato de concessão da Companhia não especifica a quem serão destinados os serviços e não determina os preços, apenas limites máximos, o que proporciona uma margem significativa para negociações comerciais.

Com base no confronto realizado entre os critérios para enquadramento na IFRIC 12 – “*Service Concessions Agreements*” e o Contrato de Concessão para Exploração e Desenvolvimento do Serviço Público de Transporte Ferroviário de Carga na Malha Nordeste, a Administração da Companhia entende que a adoção da IFRIC 12 não é aplicável.

3. Principais políticas contábeis

As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nessas demonstrações financeiras, exceto quando descrito de forma diferente.

- a) Moeda estrangeira
 - i. Transações em moeda estrangeira

Transações em moeda estrangeira são convertidas para as respectivas moedas funcionais da Companhia pelas taxas de câmbio nas datas das transações. Ativos e passivos monetários denominados e apurados em moedas estrangeiras na data de apresentação são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio apurada naquela data.

O ganho ou a perda cambial em itens monetários é a diferença entre o custo amortizado da moeda funcional no começo do exercício, ajustado por juros e pagamentos efetivos durante o exercício, e o custo amortizado em moeda estrangeira à taxa de câmbio no final do exercício de apresentação.

- b) Instrumentos financeiros

A partir de 1º de janeiro de 2018, o CPC 48 foi adotado pela Companhia, sendo assim, todos os ativos e passivos estão registrados conforme a respectiva prática.

- i. Ativos financeiros

Os ativos financeiros são classificados sob as seguintes categorias: ativos mensurados ao custo amortizado; valor justo por meio do resultado, valor justo por meio de outros resultados abrangentes. Os ativos são classificados de acordo com a definição do modelo de negócio adotado pela Companhia e as características do fluxo de caixa do ativo financeiro.

Reconhecimento e mensuração

A Companhia classifica no reconhecimento inicial seus ativos financeiros em três categorias; i) ativos mensurados ao custo de amortização, ii) valor justo por meio do resultado, iii) valor justo por meio de outros resultados abrangentes.

Custo amortizado

Os ativos mensurados ao custo amortizado devem ser mensurados se ambas as seguintes condições forem atendidas: i) o ativo financeiro for mantido dentro do modelo de negócio cujo objetivo seja manter ativos financeiros com o fim de receber fluxos de caixa contratuais ii) os termos contratuais do ativo financeiro derem origem, em datas específicas, a fluxo de caixa que constituam, exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto, a Companhia deverá reconhecer suas receitas de juros, ganhos e perdas cambiais e impairment diretamente no resultado.

Valor justo por meio do resultado

Os ativos financeiros devem ser mensurados ao valor justo por meio do resultado apenas caso não se enquadre como ativos mensurados ao custo amortizado ou valor justo por meio de outros resultados abrangentes. A Companhia deverá reconhecer suas receitas de juros, ganhos e perdas cambiais, impairment justamente com outros resultados líquidos são reconhecidos diretamente no resultado.

Valor justo por meio de outros resultados abrangentes

Os ativos financeiros devem ser mensurados ao valor justo por meio do resultado abrangente apenas quando as seguintes condições forem atendidas: i) o ativo financeiro for mantido dentro de modelo de negócio cujo objetivo seja atingido pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativo financeiros, ii) os termos contratuais do ativo financeiro derem origem, em datas específicas e juros sobre o valor do principal em aberto.

Os ativos mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes são classificados em duas categorias: i) instrumentos de dívida os rendimentos de juros calculados utilizando o método do juro efetivo, ganhos e perdas cambiais e impairment são reconhecidos no resultado. Outros resultados líquidos são reconhecidos diretamente no patrimônio líquido da Companhia, em "outros resultados abrangentes". No desreconhecimento, o resultado acumulado em outros resultados abrangentes é reclassificado para o resultado, ii) instrumento de patrimônio esses ativos são mensurados de forma subsequente ao valor justo. Os dividendos são reconhecidos como ganho no resultado, a menos que o dividendo represente claramente uma recuperação de parte do custo do investimento. Outros resultados líquidos são reconhecidos diretamente no patrimônio líquido da Companhia, em "outros resultados abrangentes" e nunca são reclassificados para o resultado. Os valores justos dos investimentos com cotação pública são baseados nos preços atuais de compra. Se o mercado de um ativo financeiro (e de títulos não listados em Bolsa) não estiver ativo, a Companhia estabelece o valor justo por meio de técnicas de avaliação. Essas técnicas incluem o uso de operações recentes contratadas com terceiros, referência a outros instrumentos que são substancialmente similares, análise de fluxos de caixa descontados e modelos de precificação de opções que fazem o maior uso possível de informações geradas pelo mercado e contam o mínimo possível com informações geradas pela administração da própria entidade. As compras e as vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas na data de negociação, ou seja, data na qual a Companhia se compromete a comprar ou vender o ativo.

Desreconhecimento de ativos financeiros

Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa dos investimentos tenham vencido ou tenham sido transferidos; neste último caso, desde que a Companhia tenha transferido, significativamente, todos os riscos e os benefícios da propriedade. Se a empresa detiver substancialmente todos os riscos e benefícios da propriedade do ativo financeiro, ela deve continuar a reconhecer o ativo financeiro.

ii. Passivos financeiros

Os passivos financeiros são classificados sob as seguintes categorias: passivos financeiros ao custo amortizado, valor justo por meio do resultado. A Administração determina a classificação de seus passivos financeiros no reconhecimento inicial.

Passivo financeiro ao custo amortizado

A companhia devesse classificar todos os seus passivos financeiros como custo amortizado exceto passivos financeiros classificados ao valor justo por meio do resultado, derivativos passivos contrato de garantia. Os outros passivos financeiros são mensurados pelo valor de custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. As despesas de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. A Companhia possui os seguintes passivos financeiros não derivativos: empréstimos, financiamento e debêntures e fornecedores.

Passivo financeiro ao valor justo por meio do resultado

Os passivos financeiros classificados na categoria valor justo por meio do resultado são passivos financeiros mantidos para negociação ou aqueles designados no reconhecimento inicial. Os derivativos também são categorizados como mantidos para negociação e, dessa forma, são classificados nesta categoria, a menos que tenham sido designados como instrumentos de hedge efetivo. Os ganhos e perdas referente aos passivos financeiros classificados pelo valor justo por meio do resultado são reconhecidos no resultado.

Desreconhecimento de passivos financeiros

Os passivos financeiros são baixados apenas quando, ele for extinto, ou seja, quando a obrigação especificada no contrato for liquidada, cancelada ou expirar. A Companhia também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo.

Compensação de instrumentos financeiros

Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é reportado no balanço patrimonial quando há um direito legalmente aplicável de compensar os valores reconhecidos e há uma intenção de liquidá-los numa base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

Outros passivos financeiros não derivativos

A Companhia classifica os passivos financeiros não derivativos na categoria de outros passivos financeiros. Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos.

A Companhia tem os seguintes passivos financeiros não derivativos: empréstimos e financiamentos, fornecedores, debêntures e outras contas a pagar.

iii. Capital social

Ações ordinárias

Ações ordinárias são classificadas como patrimônio líquido. Custos adicionais diretamente atribuíveis à emissão de ações e opções de ações são reconhecidos como dedução do patrimônio líquido, líquido de quaisquer efeitos tributários.

Ações preferenciais

Ações preferenciais são classificadas no patrimônio líquido por não serem resgatáveis, assim como quaisquer dividendos que sejam discricionários.

Dividendos

Os dividendos mínimos obrigatórios conforme definidos em estatuto, quando existentes, são reconhecidos como passivo.

Dividendos adicionais aos mínimos obrigatórios são reconhecidos no patrimônio líquido quando da aprovação dos acionistas da Companhia.

c) Ativo imobilizado

i. Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (“impairment”) acumuladas, quando aplicável.

O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. O custo de ativos construídos pela própria Companhia inclui:

- o custo de materiais e mão de obra direta;
- quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e na condição necessários para que estes sejam capazes de operar da forma pretendida pela Administração;
- os custos de desmontagem e de restauração do local; e
- custos de empréstimos sobre ativos qualificáveis.

A capitalização de custos de empréstimos aos ativos qualificáveis pode ser suspensa caso a Companhia venha a incorrer em custos de empréstimos durante um período superior a 6 (seis) meses consecutivos em que as atividades necessárias ao preparo do ativo para seu uso ou venda pretendidos estão suspensas, ou ainda, caso venha a ocorrer uma redução significativa no ritmo de execução das obras, por um período ininterrupto de 12 meses, que venha a comprometer significativamente o prazo de conclusão originalmente previsto.

A Administração avalia e exerce julgamento em relação a suspensão da capitalização, quando, embora as atividades de desenvolvimento do ativo encontrarem-se suspensas, houver substancial trabalho técnico e administrativo sendo executado.

Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado.

Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado (apurados pela diferença entre os recursos advindos da alienação e o valor contábil do imobilizado) são reconhecidos em outras receitas/despesas operacionais no resultado.

ii. Custos subsequentes

Gastos subsequentes são capitalizados na medida em que seja provável que benefícios futuros associados com os gastos serão auferidos pela Companhia. Gastos de manutenção e reparos recorrentes são registrados no resultado.

d) Ativos intangíveis

i. Ativos intangíveis

Ativos intangíveis que são adquiridos pela Companhia e que têm vidas úteis finitas são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada e das perdas por redução ao valor recuperável acumuladas.

ii. Gastos subsequentes

Os gastos subsequentes são capitalizados somente quando eles aumentam os futuros benefícios econômicos incorporados no ativo específico aos quais se relacionam.

iii. Amortização

A amortização é reconhecida no resultado baseando-se no método linear fundamentado nas vidas úteis estimadas de ativos intangíveis, a partir da data em que estes estão disponíveis para uso. As vidas úteis estimadas para o exercício corrente e comparativo são as seguintes:

Custo de aquisição de softwares : 5 anos

Métodos de amortização, vidas úteis e valores residuais são revistos a cada exercício e eventuais ajustes são reconhecidos prospectivamente como mudança de estimativas contábeis.

e) Estoques

Os estoques são mensurados pelo menor valor entre o custo e o valor realizável líquido.

O custo dos estoques é baseado no princípio do custo médio e inclui gastos incorridos na aquisição de estoques, custos de produção e transformação e outros custos incorridos em trazê-los às suas localizações e condições existentes. No caso dos estoques manufaturados, o custo inclui uma parcela dos custos gerais de fabricação baseado na capacidade operacional normal.

O valor realizável líquido é o preço estimado de venda no curso normal dos negócios, deduzido dos custos estimados de conclusão e despesas de vendas.

f) Redução ao valor recuperável ("Impairment")

Ativos financeiros (incluindo recebíveis)

Um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados que podem ser estimados de uma maneira confiável.

A evidência objetiva de que os ativos financeiros perderam valor pode incluir o não pagamento ou atraso no pagamento por parte do devedor, a reestruturação do valor devido à Companhia sobre condições de que a Companhia não consideraria em outras transações, indicações de que o devedor ou emissor entrará em processo de falência, ou o desaparecimento de um mercado ativo para um título. Além disso, para um instrumento patrimonial, um declínio significativo ou prolongado em seu valor justo abaixo do seu custo é evidência objetiva de perda por redução ao valor recuperável.

Ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado

A Companhia considera evidência de perda de valor de ativos mensurados pelo custo amortizado (para recebíveis e títulos de investimentos mantidos até o vencimento) tanto no nível individualizado como no nível coletivo. Ativos individualmente significativos são avaliados quanto à perda de valor específico. Todos os recebíveis e títulos de investimentos mantidos até o vencimento individualmente significativos identificados como não tendo sofrido perda de valor individualmente são então avaliados coletivamente quanto a qualquer perda de valor que tenha ocorrido, mas não tenha sido ainda identificada. Ativos individualmente importantes são avaliados coletivamente quanto à perda de valor por agrupamento conjunto desses títulos com características de risco similares.

Ao avaliar a perda de valor recuperável de forma coletiva, a Companhia utiliza tendências históricas da probabilidade de inadimplência, do prazo de recuperação e dos valores de perda incorridos, ajustados para refletir o julgamento da Administração quanto às premissas se as condições econômicas e de crédito atuais são tais que as perdas reais provavelmente serão maiores ou menores que as sugeridas pelas tendências históricas.

Uma redução do valor recuperável em relação a um ativo financeiro mensurado pelo custo amortizado é calculada como a diferença entre o valor contábil e o valor presente dos futuros fluxos de caixa estimados descontados à taxa de juros efetiva original do ativo. As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em uma conta de provisão contra recebíveis ou ativos mantidos até o vencimento. Os juros sobre o ativo que perdeu valor continuam sendo reconhecidos. Quando um evento subsequente indica reversão da perda de valor, a diminuição na perda de valor é revertida e registrada no resultado.

Ativos tangíveis e intangíveis

No fim de cada exercício ou período, a Companhia revisa o valor contábil de seus ativos tangíveis e intangíveis para determinar se há alguma indicação de que tais ativos sofreram alguma perda por redução ao valor recuperável. Se houver tal indicação, o montante recuperável do ativo é estimado com a finalidade de mensurar o montante dessa perda, se houver. Quando não for possível estimar o montante recuperável de um ativo individualmente, a Companhia calcula o montante recuperável da unidade geradora de caixa à qual pertence o ativo. Quando uma base de alocação razoável e consistente pode ser identificada, os ativos corporativos também são alocados às unidades geradoras de caixa individuais ou ao menor grupo de unidades geradoras de caixa para o qual uma base de alocação razoável e consistente possa ser identificada.

O montante recuperável é o maior valor entre o valor justo menos os custos na venda ou o valor em uso. Na avaliação do valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao valor presente pela taxa de desconto, antes dos impostos, que reflita uma avaliação atual de mercado do valor da moeda no tempo e os riscos específicos do ativo ao qual a estimativa de fluxos de caixa futuros não foi ajustada.

Se o montante recuperável de um ativo (ou unidade geradora de caixa) calculado for menor que seu valor contábil, o valor contábil do ativo (ou unidade geradora de caixa) é reduzido ao seu valor recuperável. A perda por redução ao valor recuperável é reconhecida imediatamente no resultado.

g) Benefícios a empregados

Benefícios de curto prazo a empregados

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são mensuradas em uma base não descontada e são incorridas como despesas conforme o serviço relacionado seja prestado.

O passivo é reconhecido pelo valor esperado a ser pago sob os planos de bonificação em dinheiro ou participação nos lucros de curto prazo se a Companhia tem uma obrigação legal ou construtiva de pagar esse valor em função de serviço passado prestado pelo empregado, e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável.

h) Provisões

Uma provisão é reconhecida, em função de um evento passado, se a Companhia tem uma obrigação legal ou construtiva cujo valor possa ser estimado de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação. As provisões são apuradas através do desconto dos fluxos de caixa futuros esperados a uma taxa antes de impostos que reflete as avaliações atuais de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e riscos específicos para o passivo. Os custos financeiros incorridos são registrados no resultado.

i) Receitas e despesas financeiras

As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre aplicações financeiras. A receita de juros é reconhecida no resultado, através do método dos juros efetivos.

As despesas financeiras abrangem despesas com juros sobre empréstimos e financiamentos e juros sobre debêntures, quando aplicável. Custos de empréstimos e financiamentos que não são diretamente atribuíveis a aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável são mensurados no resultado através do método de juros efetivos. Os juros são capitalizados quando qualificam o imobilizado.

j) Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à combinação de negócios, ou itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber esperado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício, a taxas de impostos decretadas ou substantivamente decretadas na data de apresentação das demonstrações financeiras e qualquer ajuste aos impostos a pagar em relação aos exercícios anteriores.

k) Demonstração de valor adicionado

Conforme lei 11.638/07 a apresentação da demonstração do valor adicionado é exigida para todas as Companhias abertas. Essa demonstração foi preparada de acordo com o CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado, aprovado pela Deliberação CVM 557/08. O IFRS não exige a apresentação desta demonstração e para fins de IFRS são apresentadas como informação adicional.

l) Adoção das Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) e CPC novas e revisadas.

Algumas normas e interpretações contábeis foram emitidas recentemente, porém, ainda não estão em vigor para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022 ou não tiveram impacto nestas demonstrações financeiras. A Companhia não adotou antecipadamente nenhuma destas normas, e não espera que gerem impacto material nas demonstrações financeiras de exercícios sociais subsequentes.

4. Caixa e equivalentes de caixa

	31/12/2022	31/12/2021
Aplicações financeiras	1.164	1.259
Total	1.164	1.259

As aplicações financeiras, são de liquidez imediata, referem-se a Certificados de Depósitos Bancários – CDB e Fundos de Investimentos, remunerados a taxa de 20% do CDI e 100% do CDI, respectivamente. As aplicações podem ser resgatadas a qualquer momento sem mudança significativa em seu valor de face.

5. Estoques

	31/12/2022	31/12/2021
Estoques	7.615	10.430
Perdas estimadas em estoque	(7.105)	(10.382)
Total	510	48

Movimentação para perdas estimadas em estoques:

	31/12/2022	31/12/2021
Saldo inicial	(10.382)	(10.345)
(+) Adições no exercício	-	(113)
(-) Reversões no exercício	3.277	76
(=) Saldo final	(7.105)	(10.382)

A provisão para perda de estoque é composta principalmente por materiais que tem aplicação direta em superestrutura e estão sem movimentação à longa data. O cálculo da provisão para perda de estoque é realizado com base em política interna da companhia e trata-se de um cálculo realizado por estimativa. A provisão poderá ser revertida de acordo com a utilização dos itens.

6. Impostos a recuperar

	31/12/2022	31/12/2021
ICMS (a)	43.079	42.830
PIS (b)	4.948	4.758
Cofins (b)	20.964	20.280
IRPJ (c)	42.924	39.500
Total	111.915	107.368
Circulante	2.239	1.494
Não circulante	109.676	105.874

(a) ICMS a recuperar

Em virtude do elevado volume de aquisição de ativo imobilizado, decorrente do Projeto Transnordestina, conforme comentado na Nota Explicativa nº 1, a Companhia vem gerando créditos de ICMS. A Administração da Companhia acredita que tais créditos serão realizados após o início da operação.

(b) PIS e Cofins a recuperar

Trata-se de créditos de PIS e Cofins calculados sobre o valor das aquisições de ativo imobilizado. O custo das aquisições é contabilizado pelo valor líquido de tais créditos. A Administração da Companhia acredita que tais créditos serão realizados após o início da operação, através da compensação com obrigações de mesma natureza na proporção de 1/12 por mês, conforme opção permitida pela Lei nº 10.865/04.

(c) IRPJ sobre aplicação financeira

Refere-se em sua maior parte ao imposto de renda incidente das aplicações financeiras do fundo de liquidez do FDNE - Fundo de Desenvolvimento do Nordeste e FNE - Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste, mencionado na Nota Explicativa nº 8, como também o registro da atualização monetária oriunda da apuração de imposto de renda com base negativa.

7. Despesas antecipadas

As despesas antecipadas estão registradas no ativo circulante e não circulante, pelo regime de competência e em conformidade com as cláusulas dos contratos de seguros, serviços, entre outros. Trata-se de despesas com seguros de Riscos de Engenharia e Responsabilidade Civil referente à obra de construção da ferrovia Transnordestina, seguros de Riscos Operacionais, Responsabilidade Civil e veículos, referente às atividades operacionais da Companhia, bem como, licença para utilização de softwares, os quais são capitalizados mensalmente, e os seguros garantia são apropriados.

	31/12/2022	31/12/2021
Risco de engenharia	19.998	24.800
Responsabilidade civil	1.836	2.277
Seguro garantia	2.729	3.617
Outros	146	213
Total	24.709	30.907
Circulante	6.564	6.665
Não circulante	18.145	24.242

Movimentação no exercício:

	Risco de engenharia	Responsabilidade civil	Seguro garantia	Outros	Total
Saldo em 31/12/2021	24.800	2.277	3.617	213	30.907
(+) Adições no exercício	-	-	538	582	1.120
(-) Apropriações no exercício	(4.802)	(441)	(1.426)	(649)	(7.318)
(=) Saldo em 31/12/2022	19.998	1.836	2.729	146	24.709

8. Aplicações financeiras

As aplicações financeiras no montante de R\$ 121.959 (R\$ 7.242 em 31 de dezembro de 2021), referem-se aos fundos de liquidez do FDNE - Fundo de Desenvolvimento do Nordeste e FNE - Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste.

As aplicações financeiras registradas no ativo não circulante são compostas por fundo de liquidez do FDNE e FNE, onde serão mantidas até o término dos respectivos contratos de debêntures e financiamentos, sendo em 2056 (FDNE) e 2031 (FNE), e são remuneradas a uma taxa de 99% do Certificado de Depósito Interbancário (CDI).

9. Imobilizado

	Taxa anual de Depreciação/ amortização (% a.a.)	31/12/2022		31/12/2021
		Custo	Depreciação/ amortização	Líquido
Máquinas e equipamentos	10	77.991	(12.349)	65.642
Vagões e veículos	20	2.400	(380)	2.020
Equipamentos de telecomunicação	20	76	(9)	67
Outras imobilizações	15	21.933	(3.473)	18.460
Total imobilizado em operação		102.400	(16.211)	86.189
Imobilização em andamento (a)		10.987.169	-	10.987.169
Total imobilizado		10.089.569	(16.211)	11.073.358

(a) Conforme nota explicativa nº 01, parte deste ativo será devolvido ao poder concedente nos termos do aditivo contratual firmado.

Revisão da vida útil

A partir de 1º de janeiro de 2017 entrou em vigor a Resolução nº 4540 da Agência Nacional de Transportes Terrestres – ANTT, que regulamenta as taxas de depreciação e de amortização anuais para os ativos das concessionárias detentoras do direito de exploração de infraestrutura ferroviária.

Movimentação do exercício:

	Saldo em 31/12/2021	Adições	Depreciação/ Amortização	Saldo em 31/12/2022
Máquinas e equipamentos	73.441	-	(7.799)	65.642
Vagões e veículos	2.260	-	(240)	2.020
Equipamentos de telecomunicação	73	-	(6)	67
Outras imobilizações	20.654	-	(2.193)	18.460
Total imobilizado em operação	96.428	-	(10.238)	86.189
Imobilização em andamento	10.061.142	926.026	-	10.987.168
Total imobilizado	10.157.570	926.026	(10.238)	11.073.358

a) Imobilizado em andamento:

	31/12/2021	Adições	31/12/2022
Infraestrutura	1.924.581	64.637	1.989.218
Juros capitalizados	3.212.276	589.757	3.802.033
Terraplanagem	1.471.489	62.563	1.534.052
Construção de obras de artes especiais	1.121.312	-	1.121.312
Superestrutura	839.911	104.964	944.875
Outros gastos de implantação (i)	609.121	77.615	686.736
Drenagem e obras de arte corrente	358.501	-	358.501
Gerenciamento e elaboração de projetos	258.390	9.851	268.241
Almoxarifado de obras em andamento	196.385	13.783	210.168
Gestão ambiental	69.176	2.856	72.032
Total Imobilizado em andamento	10.061.142	926.026	10.987.168

	31/12/2020	Adições	Baixa	Transferência	31/12/2021
Infraestrutura	1.834.221	90.408	(48)	-	1.924.581
Encargos financeiros capitalizados	2.814.282	397.994	-	-	3.212.276
Terraplanagem	1.424.462	47.027	-	-	1.471.489
Construção de obras de artes especiais	1.121.312	-	-	-	1.121.312
Superestrutura	834.064	11.266	(3.019)	(2.400)	839.911
Outros gastos de implantação	674.930	36.673	(10.571)	(100.000)	609.121
Drenagem e obras de arte corrente	358.501	-	-	-	358.501
Gerenciamento e elaboração de projetos	254.674	11.185	(7.469)	-	258.390
Almoxarifado obras em andamento	194.733	9.741	-	-	196.385
Gestão ambiental	65.817	3.362	(3)	-	69.176
Total Imobilizado em andamento	9.576.996	607.656	(21.110)	(102.400)	10.061.142

Valor recuperável dos ativos

A Companhia efetuou a análise de premissas e indicativos referentes ao valor recuperável de seus ativos (“*Impairment*”) na data base de 31 de dezembro de 2022, bem como revisou e atualizou os cálculos para avaliar eventual redução do imobilizado ao seu valor de recuperação, e não identificou necessidade de reconhecer nenhuma perda. O valor recuperável desses ativos foi determinado com base no valor em uso para os ativos que não serão devolvidos ao Estado e valor justo líquido para o trecho a ser devolvido, conforme termo aditivo nº 1 firmado em 23 de dezembro de 2022. Este termo prevê a devolução do trecho Salgueiro x Suape e das condições existentes para mensuração do valor justo líquido (valor indenizável) à Companhia. O valor em uso foi determinado com base nos fluxos de caixa futuros derivados do uso contínuo dos ativos relacionados, utilizando-se uma taxa de desconto para trazer esses fluxos de caixa a valor presente. Abaixo seguem as principais premissas utilizadas nas análises efetuadas da data base de 31 de dezembro de 2022:

A taxa de desconto utilizada reflete as avaliações atuais de mercado do valor da moeda no tempo e os riscos específicos do ativo. Essa taxa representa o retorno que os investidores exigiriam se tivessem de escolher um investimento que gerasse fluxos de caixa de valores, tempo e perfil de risco equivalentes àqueles que a entidade espera extrair do ativo. A Companhia utilizou uma taxa média ponderada de capital (WACC) para descontar os fluxos de caixa operacionais e mensurar o valor presente líquido dos ativos. Essa taxa foi calculada de acordo com o custo e a participação do capital próprio e do capital de terceiros na estrutura da Companhia, determinados conforme descrito abaixo:

- Custo do capital próprio: foi utilizada a metodologia CAPM (“*Capital Asset Pricing Model*”) que consiste em determinar a taxa de rentabilidade exigida pelos investidores como compensação pelo risco de mercado ao qual estão expostos. A Companhia utilizou dados atuais para determinação dos parâmetros do CAPM, dentre os quais a alíquota de IR/CSLL e o beta alavancado flutuam anualmente de acordo com as projeções e os demais parâmetros permanecem fixos.

- Custo do capital de terceiros: foi determinado de acordo com a média ponderada dos custos dos instrumentos de dívida já contratados e projetados durante o período da concessão.
- Estrutura de capital: a participação do capital de terceiros na estrutura da Companhia foi calculada através da relação entre o saldo das dívidas a cada ano e o total de capital. Já a participação do capital próprio foi determinada através da diferença entre o Valor Presente Líquido (VPL) dos fluxos de caixa operacionais e o saldo das dívidas a cada ano, ou seja, o valor de mercado para os acionistas.

A taxa de desconto, após os impostos, utilizada para mensurar o valor em uso, considerou estrutura de capital dinâmica, variando durante o período projetivo entre 5,32% e 6,99% em termos reais. As projeções de fluxo de caixa contemplaram as expectativas de contratos com base no estudo de cargas realizado por consultor independente contratado em 2017, estudos de mercado realizados em 2018, e ainda a atualização das premissas chaves tais como taxa de inflação, WACC e custos, que são atualizadas anualmente pela administração a fim de refletir as condições de mercado. Foi efetuada uma reconciliação entre as taxas de desconto post-tax e pre-tax e não foram identificadas variações relevantes no valor final do fluxo. As principais premissas utilizadas nos cálculos do valor em uso em 31 de dezembro de 2022, são as que seguem:

Receita líquida anual média do início da operação até 2032 - R\$	1.760.000
Receita líquida anual média após 2032 - R\$	4.343.000
Média anual da taxa de desconto após impostos - WACC Post-tax (real)	5,89 %
Investimento a incorrer – R\$	5.279.000

As projeções utilizadas, representam a melhor estimativa da administração acerca das condições econômicas que poderão prevalecer durante a vida útil econômica dos ativos, envolvendo julgamento e utilização de informações prospectivas, elaboradas e fundamentadas em premissas internas e de consultoria especializada contratada, e em cenários econômicos futuros que podem, portanto, sofrer alterações que representem impactos materiais nestas demonstrações financeiras.

10. Fornecedores

O saldo de fornecedores contempla as provisões com base nas medições do avanço da obra, fornecidas pelas principais construtoras contratadas.

Apresentamos abaixo os principais fornecedores em aberto na data base de 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021:

Fornecedor	31/12/2022	31/12/2021
Construtora Marquise	5.741	25.151
Zurich Minas Seguros	11.880	19.800
Via Magna Construções	22.132	14.584
Outros fornecedores diversos	21.824	11.089
Total	61.577	70.624

11. Empréstimos e financiamentos

Tipo	Vencimento	Encargos	31/12/2022	31/12/2021
BNDES (a)	2033	TJLP + 1,30% a.a.	247.056	264.070
BNB (b)	2031	7,5% a.a.	247.056	277.012
Banco Itaú (c)	2023	5,5% a.a.	23	1.408
Total			494.135	542.490
Circulante			57.799	59.407
Não circulante			436.336	483.083

Movimentação do exercício

Tipo	Saldo em 31/12/2021	Atualização Financeira (*)	Amortização de principal	Amortização de juros	Custo de transação	Saldo em 31/12/2022
BNDES (a)	264.070	20.210	(18.597)	(18.319)	(308)	247.056
BNB (b)	277.012	19.160	(28.875)	(20.241)	-	247.056
Banco Itaú (c)	1.408	19	(1.382)	(22)	-	23
Total	542.490	39.389	(48.854)	(38.582)	(308)	494.135

(*) A atualização financeira inclui R\$ 29.167 capitalizados e R\$ 10.222 de despesas de juros.

Tipo	Saldo em 31/12/2020	Atualização Financeira (*)	Amortização de principal	Amortização de juros	Custo de transação	Saldo em 31/12/2021
BNDES (a)	282.499	16.459	(18.549)	(16.421)	82	264.070
BNB (b)	305.937	21.660	(28.875)	(21.710)	-	277.012
Banco Itaú (c)	3.887	131	(2.474)	(136)	-	1.408
Total	592.323	38.250	(49.898)	(38.267)	82	542.490

(*) A atualização financeira inclui R\$ 26.797 capitalizados e R\$ 11.453 de despesas de juros.

(a) Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES

Financiamento destinado aos investimentos na construção do Projeto Transnordestina. A atualização da TJLP - Taxa de Juros de Longo Prazo é efetuada em bases mensais e os juros são pagos mensalmente desde julho de 2016. Os financiamentos serão amortizados, em até 17 anos, sendo o primeiro iniciado em julho de 2016, garantidos por cartas de fianças bancárias, as quais são renovadas trimestralmente. Os financiamentos têm vencimento para 2033.

Cronograma de desembolsos:

	31/12/2022	31/12/2021
2022	-	19.221
2023	19.059	18.479
2024	22.775	22.583
2025	24.163	24.056
2026 a 2033	181.059	179.731
Total	247.056	264.070

(b) Banco do Nordeste do Brasil – BNB

Os financiamentos contraídos junto ao Banco do Nordeste do Brasil - BNB, com recursos oriundos do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste - FNE, são destinados à execução das obras e serviços do trecho de recuperação da malha ferroviária entre as cidades de Salgueiro a Trindade, vinculado ao Projeto Transnordestina e revitalização da malha atual. A taxa de juros pactuada é 10% a.a. com bônus de adimplência que faz a taxa recuar para 7,5% a.a. A correção é efetuada em bases mensais e os juros são pagos trimestralmente a partir da assinatura do contrato. Em fevereiro de 2017 foi realizado aditivo contratual onde foi concedido uma carência entre fevereiro de 2017 e março de 2020, com vencimento repactuado para 2031 (anteriormente 2027), sendo os juros exigidos trimestralmente nesse período e mensalmente quando iniciar a amortização. A garantia é 50% por carta de fiança bancária e 50% por fiança corporativa pela CSN. Cronograma de desembolsos:

	31/12/2022	31/12/2021
2022	-	38.801
2023	37.720	28.875
2024	28.875	28.875
2025	28.875	28.875
2026 a 2031	151.586	151.586
Total	247.056	277.012

(c) Banco Itaú BBA S.A - Banco Itaú

O financiamento celebrado junto ao Banco Itaú, provido com recursos originários de repasses da Agência Especial de Financiamento Industrial (BNDES FINAME), tem por finalidade a aquisição de 34 vagões do tipo PNT e 37 vagões do tipo HNT, com modernização dos equipamentos da Companhia. A taxa de juros pactuada é 5,5% a.a. A correção é efetuada em bases mensais e os juros são pagos trimestralmente desde a assinatura do contrato. Os empréstimos são amortizados mensalmente, em até 8 anos (ambos de 2014 a 2023). A garantia é por meio de alienação fiduciária.

Cronograma de desembolsos:

	30/09/2022	31/12/2021
2022	-	1.385
2023	23	23
Total	23	1.408

A Companhia não possui ativos em garantias aos financiamentos contratados.

Cláusulas restritivas

Os financiamentos com o BNDES e BNB em suas modalidades, possuem cláusulas que obrigam a Companhia a demonstrar através de comprovação física e documental as aquisições e investimentos realizados no ativo imobilizado, para o projeto Nova Transnordestina.

Estas cláusulas são controladas e são atendidas conforme exigências contratuais. A Companhia não tem conhecimento de circunstâncias ou fatos que indiquem situação de desconformidade ou não cumprimento de cláusulas restritivas.

12. Debêntures

No exercício de 2010, a Companhia aprovou a emissão de até R\$ 2.672.400 em debêntures conversíveis em ações, sendo aditado em julho de 2014 para R\$ 3.876.492. Os papéis serão subscritos pelo Fundo de Desenvolvimento do Nordeste (FDNE).

Em 31 de dezembro de 2022, o saldo das debentures emitidas é de R\$ 5.423.787 (R\$ 5.228.397 em 31 de dezembro de 2021), conforme segue:

	Data da emissão	Principal	Atualização financeira	Saldo atualizado em 31/12/2022	Saldo atualizado em 31/12/2021
1ª Emissão	09/03/2010	317.004	360.713	677.717	653.302
2ª Emissão	25/11/2010	329.832	345.923	675.755	651.411
3ª Emissão	01/12/2010	318.311	333.522	651.833	628.351
4ª Emissão	04/10/2011	440.968	418.126	859.094	828.146
5ª Emissão	19/09/2012	114.749	96.720	211.469	203.851
6ª Emissão	24/06/2013	612.073	473.032	1.085.105	1.046.014
7ª Emissão	11/08/2014	753.320	509.494	1.262.814	1.217.322
Total		2.886.257	2.537.530	5.423.787	5.228.397
Circulante				84.125	169.220
Não circulante				5.339.662	5.059.177

Todas as debêntures emitidas têm valor nominal unitário de R\$ 1,00, vencimento em 19 de setembro de 2056 e juros de TJLP + 0,85% a.a.

Movimentação no exercício:

Saldo 31/12/2021	Atualização financeira (a)	Amortização de principal (b)	Amortização de juros (b)	Saldo 31/12/2022
5.228.397	408.384	(65.803)	(147.191)	5.423.787

Saldo 31/12/2020	Atualização financeira (a)	Amortização de principal (b)	Amortização de juros (b)	Saldo 31/12/2021
5.054.086	299.289	(33.136)	(91.842)	5.228.397

- (a) Todos os juros incorridos e encargos financeiros relativos às debêntures emitidas para construção de bens integrantes do ativo imobilizado foram capitalizados.
- (b) A administração solicitou ao BNB e a Sudene a repactuação do financiamento com recursos do FDNE, pleiteando a postergação do pagamento da parcela vincenda em 19 de setembro de 2020 por 360 dias, que foi concedida pela Sudene no dia 12 de novembro de 2020. Em 26 de maio de 2021 a Companhia entregou a Sudene o pedido de suspensão pelo prazo de 12 meses, das obrigações devidas e programadas para o vencimento de 21 de setembro de 2021, bem como, toda e qualquer remuneração relativa as debentures da TLSA conversíveis em ações que pudesse ser considerada vencida até 31 de dezembro de 2021. Em 17 de setembro de 2021 a SUDENE respondeu o pedido adiando pelo prazo de 45 dias, a partir da data do vencimento da parcela, o pagamento da mesma. Em 01 de dezembro de 2021 a SUDENE decidiu manter a data de vencimento da quinta parcela relativa ao exercício de 2021 em 03 de dezembro de 2021 e instituiu novo cronograma de reembolso da quarta parcela, relativa ao exercício de 2020, as quais foram pagas nas seguintes datas: 21 de fevereiro de 2022, 20 maio de 2022 e 22 de agosto de 2022, as quais foram integralmente liquidadas nas datas acordadas.

As debêntures conversíveis não determinam uma quantidade fixa de ações, sendo o número de ações determinado na data da conversão em função do saldo da dívida com o FDNE e do valor patrimonial das ações da TLSA. O montante a ser convertido em ações é o próprio saldo da dívida na data da conversão. Desta forma, ao analisar a aplicação de segregação contábil entre passivo financeiro e instrumento de dívida, a administração concluiu que o instrumento fosse registrado integralmente como passivo financeiro.

O objetivo principal da emissão das debêntures foi o Governo Federal financiar a obra da nova malha ferroviária e honrar com o prazo da concessão. As debêntures não possuem valor de mercado.

Em 4 de agosto de 2014, foi assinado o 9º Termo Aditivo à Escritura Pública de Emissão de Debêntures, no qual ficou estabelecido que o início da amortização da dívida, programado para 3 de abril de 2015, foi adiado para 19 de setembro de 2017, em 40 parcelas anuais e consecutivas.

Em 13 de outubro de 2017, foi assinado o 10º Termo Aditivo à Escritura Pública de Emissão de Debêntures, no qual ficou estabelecido que o início da amortização da dívida, programado para 19 de setembro de 2017, foi adiado para 18 de março de 2018, em 40 parcelas anuais e consecutivas.

Conversibilidade

Conforme cláusula de conversibilidade e acordo de acionistas assinado em 20 de setembro de 2013, as debêntures serão convertidas em ações pela SUDENE/FDNE, no vencimento da primeira parcela de amortização ou resgate, e limitadas a 50% no primeiro vencimento.

As debêntures são consideradas pela Companhia como instrumento de dívida em decorrência das cláusulas contratuais apresentadas, em que o fluxo de caixa a ser entregue é o mesmo, alterando apenas a forma de recebê-lo seja através de instrumento patrimonial ou em dinheiro, bem como a opção de conversão ser do próprio debenturista e de não haver contratado um número fixo de ações.

Vencimento antecipado das debêntures

Poderá ser imediatamente declarada vencida e pagável a soma total das debêntures até então subscritas e integralizadas, acrescidas das remunerações, pena convencional e multas, se ocorrer qualquer das seguintes hipóteses:

- Incurrir em atraso injustificado por mais de 15 dias no pagamento do principal e/ou encargos;
- Sustar ou interromper suas atividades por mais de 30 dias ou vier a ser cindida, fundida ou incorporada, salvo prévia autorização da SUDENE e ouvido o BNB;
- Pedir recuperação judicial e/ou extrajudicial, ou for decretada a falência;
- Descumprir obrigações decorrentes de operações financeiras da Companhia ou de seus acionistas controladores, e também obrigações financeiras assumidas perante o BNB;
- Promover modificações no controle acionário, sem prévia aprovação da SUDENE e ouvido o BNB;
- Descumprimentos das regras gerais do regulamento do FNDE e demais disposições legais aplicáveis;
- Aplicar recursos em desacordo com o estabelecido no projeto aprovado pela SUDENE;
- Não manter o registro na CVM impossibilitando o processo de conversão das debêntures em ações;
- O não cumprimento das salvaguardas contratuais, bem como alienação ou constituição de ônus sobre os bens do projeto sem a prévia autorização da SUDENE e ouvido o BNB.
- Deixar de reforçar as garantias em até 30 dias após notificação do BNB nesse sentido, se ocorrer fatos que determine a diminuição das garantias oferecidas.

Garantias

As debêntures são da espécie com garantia real e fidejussória. A relação entre o total de garantias e debêntures é de 238,01%.

Em 31 de dezembro de 2022, o valor total da garantia é R\$ 9.226.000 e o montante de principal do contrato de escritura das debêntures é R\$ 3.876.000. Relação das garantias:

Fiança corporativa da CSN até o limite de 48,47% do valor nominal das debêntures em aberto, devidamente atualizado, sendo a fiança irrevogável e irretroatável para todos os fins legais; Fundo de liquidez representado por aplicações financeiras em conta corrente;

- a) Direitos indenizatórios sobre os ativos do Projeto, representados pelas obras civis realizadas pela empresa e oriundos do Contrato de Concessão;
- b) Penhor de direitos creditórios oriundos dos contratos operacionais que futuramente serão celebrados;
- c) Contratação de seguro garantia, de acordo com o padrão de mercado e de forma individualizada para cada módulo do projeto.
- d) Alienação fiduciária das máquinas e equipamentos financiados, no valor referencial de R\$ 209.971.

Em 31 dezembro de 2022 a Companhia cumpriu com as garantias acima referenciadas.

13. Provisão para riscos fiscais, trabalhistas e cíveis

A Companhia é ré em ações judiciais e processos administrativos perante vários tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal das operações, envolvendo questões tributárias, trabalhistas, aspectos cíveis e outros assuntos.

A Administração, com base em informações de seus assessores jurídicos, análise das demandas judiciais pendentes e, quanto às ações trabalhistas, com base na experiência histórica referente às quantias reivindicadas, constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as prováveis perdas estimadas com as ações em curso, como se segue:

	31/12/2022			31/12/2021
	Provisão	Depósitos judiciais	Líquido	Líquido
Cível	60.961	(940)	60.021	44.437
Trabalhistas	12.287	(8.721)	3.566	7.338
Ambiental	126	(1.007)	(881)	168
Total	73.374	(10.668)	62.706	51.943

Movimentação dos processos no exercício:

	Saldo inicial				Saldo final
	31/12/2021	Adição	Reversão (d)	Utilização	31/12/2022
Cíveis (a)	60.144	15.695	(450)	(14.428)	60.961
Trabalhista (b)	16.020	1.688	(2.224)	(3.197)	12.287
Ambiental (c)	1.175	73	(1.122)	-	126
Total	77.339	17.456	(3.796)	(17.625)	73.374

	<u>Saldo inicial</u>				<u>Saldo final</u>
	<u>31/12/2020</u>	Adição	Utilização	Reversão	<u>31/12/2021</u>
Cíveis (a)	25.528	35.835	(46)	(1.173)	60.144
Trabalhista (b)	19.054	3.931	(1.373)	(5.592)	16.020
Ambiental (c)	1.059	116	-	-	1.175
Total	45.641	39.882	(1.419)	(6.765)	77.339

(a) Contingências cíveis

Atualmente a Companhia é demandada como ré na Ação de Falência no 0165651-25.2012.8.06.0001. A Companhia efetuou o depósito judicial da quantia de R\$ 1.670 em 17 de outubro de 2012. Em 19 de maio de 2014, juntada de depósito judicial elusivo do valor remanescente de R\$ 276. Em 31 de julho de 2014, sentença determinando o levantamento dos valores pela parte autora. A ação é considerada pelos seus advogados como provável de perda, no montante aproximado de R\$ 3.182.

A Companhia é demandada como ré na Ação de Cobrança nº 1031369-59.2018.8.26.0100, trata-se de Ação de Rescisão de Contrato de Locação de Bens Móveis cumulada com Reintegração de Posse e Cobrança de Aluguéis, ajuizada por União Comercial Barão – UCB em face da TLSA. Ação em fase de recurso e considerada pelos advogados da Companhia como provável de perda, no montante aproximado de R\$ 7.396.

A Companhia ajuizou processo de arbitragem para que a CNO – Construtora Norberto Odebrecht arcasse com valores devidos do Contencioso da Aliança por força da cláusula 3.2 do “Instrumento Particular de Transação, Distrato e Outras Avenças”, celebrado entre a TLSA e a CNO em agosto de 2013, no contexto de encerramento da arbitragem CCI 18869/CA. A CNO, por sua vez, apresentou reconvenção alegando descumprimento da regra da cláusula 3.2 da Transação por parte da TLSA, e requerendo a condenação da Companhia a restituir-lhe valores decorrentes de bloqueio em conta. Em 21 de julho de 2021, foi proferida Sentença Arbitral Final que condenou a TLSA. A ação é considerada pelos seus advogados como provável de perda, no montante aproximado de R\$ 40.362.

A Companhia é demandada como ré na Ação de Cobrança nº 0043052-48.2019.8.17.2001 ajuizada pela Agilis Mineração, Britagem e Reciclagem Ltda, trata-se de cumprimento de sentença referente a ação de cobrança ajuizada em 2016, com base em cobranças de contratos supostamente não honrados pela TLSA e pela CNO, entre os anos de 2010 e 2011, relativos à extração, mineração e beneficiamento de minerais junto às obras de construção da Ferrovia Transnordestina. A ação é considerada pelos seus advogados como provável de perda, no montante aproximado de R\$ 4.974.

Existem outros processos com risco provável de perda, no montante provisionado de R\$ 5.047.

(b) Contingências trabalhistas

São processos, principalmente, provenientes de reclamações de ex-colaboradores de construtoras contratadas, na região de Salgueiro, Araripina, Serra Talhada, Petrolina e Arcoverde. O montante provisionado corresponde a R\$ 12.287.

(c) Contingências ambientais

A companhia é demandada como ré na Ação Civil Pública ajuizada pelo Ministério Público Federal do PI nº 0001635-08.2016.4.01.4004, a qual requer a paralisação das obras referente ao trecho Eliseu Martins-Trindade em razão de supostos impactos não mitigados/compensados que estariam sendo causados às comunidades quilombolas do Contente e Barro Vermelho (São Raimundo Nonato/PI). Foi realizado depósito judicial para reparação das casas danificadas, conforme determinado em sentença, no montante de R\$ 1.000. A ação é considerada pelos seus advogados como provável de perda, no montante aproximado de R\$ 126.

Ações de risco possível

Existem outros processos avaliados pelos assessores jurídicos como sendo de risco possível, no montante de R\$ 182.020 (R\$ 201.939 em 31 de dezembro de 2021), para os quais nenhuma provisão foi constituída, uma vez que representam obrigações presentes cuja saída de recursos não é provável. Essas ações em sua maioria são provenientes de ações de cobrança de fornecedores contra construtoras contratadas e TISA, ações civis públicas propostas pelo Ministério Público do Trabalho, verbas rescisórias trabalhistas e execuções fiscais.

Quadro resumo dos processos avaliados como de risco possível:

Natureza da ação	Quantidade	Valor de risco possível em 31/12/2022
Cível	47	92.382
Trabalhista	6	3.945
Tributário	22	70.872
Ambiental	10	14.821
Total	85	182.020

Abaixo as principais causas:

Cível

- a) Ação Ordinária de cobrança na esfera cível, processo nº 0130901-89.2015.8.06.0001, em curso na 5ª Vara Cível da comarca de Fortaleza (CE), visa o ressarcimento de prejuízos decorrentes de descumprimentos de obrigações contratuais quanto ao pagamento dos serviços prestados. A estimativa de perda financeira de risco possível, na data base de 31 de dezembro de 2022 é no montante de R\$ 5.596 (R\$ 5.281 em 31 de dezembro de 2021).
- b) Ação de Cobrança processo nº 0147001-51.2017.8.06.0001, em curso na 09ª Vara Cível da Comarca de Fortaleza/CE, proposta pela empresa Arcadis, visa a cobrança de medições não pagas e descumprimento de obrigações contratuais. A estimativa de perda financeira de risco possível, na data base de 31 de dezembro de 2022 é no montante de R\$ 2.615 (R\$ 2.468 em 31 de dezembro de 2021).
- c) Ação de Cobrança na esfera cível, processo nº 0030705-50.2015.8.26.0100, proposta pela empresa BRCON (locação de equipamentos) visa o ressarcimento de supostos prejuízos decorrentes de descumprimento de obrigações contratuais. A estimativa de perda financeira de risco possível, na data base de 31 de dezembro de 2022 é no montante de R\$ 36.087 (R\$ 34.052 em 31 de dezembro de 2021).
- d) Ação Ordinária de Cobrança cumulada com perdas e danos na esfera cível, processo nº 0005819-17.2015.8.10.0040, em curso na 1ª Vara Cível da comarca de Imperatriz (MA), proposta pela empresa REINAR, visa o ressarcimento de supostos prejuízos decorrentes de descumprimento de obrigações contratuais. A estimativa de perda financeira de risco possível, na data base de 31 de dezembro de 2022 é no montante de R\$ 24.066 (R\$ 22.710 em 31 de dezembro de 2021). Este processo está em fase inicial e o valor da estimativa refere-se ao montante pedido pela autora. Acatada exceção de incompetência para remessa dos autos para a comarca de São Paulo/SP.
- e) Ação Monitória processo nº 0217869-25.2015.8.06.0001, em curso na 26ª Vara Cível da Comarca de Fortaleza/CE, proposta pela empresa Arcadis, visa a cobrança de medições não pagas e descumprimento de obrigações contratuais. A estimativa de perda financeira de risco possível, na data base de 31 de dezembro de 2022 é no montante de R\$ 4.768 (R\$ 4.500 em 31 de dezembro de 2021).

Trabalhista

- a) Ação Civil Pública nº 0001209-15.2015.5.22.0107, em curso na vara do trabalho de Oeiras/PI, proposta pelo Ministério Público – PRT/22ª Região em face de Construtora Monttauro, CRW Serviços e Escavações, CIVILPORT e TLSA (responsabilidade subsidiária), em razão de denúncia realizada pelo SINTEPAV, sindicato responsável pelos trabalhadores nas indústrias da construção de estrada, pavimentação de obras de terraplanagem em geral, no Estado do Piauí, de que as empresas CRW e Monttauro haviam demitido todos os empregados ligados a esta obra, sem pagar-lhes as verbas rescisórias devidas. A estimativa de perda financeira de risco possível, na data base de 31 de dezembro de 2022 é no montante de R\$ 2.789 (R\$ 2.567 em 31 de dezembro de 2021).

Tributário

- a) Execuções Fiscais nº 0001396-16.2012.8.17.0560 para cobrança de suposto recolhimento a menor de ISS incidente sobre execução de obras cíveis da construção da Ferrovia Transnordestina nos limites do município de Custódia-PE. A estimativa de perda financeira de risco possível, na data base de 31 de dezembro de 2022 é de R\$ 26.138 (R\$ 24.359 em 31 de dezembro de 2021).
- b) Execução Fiscal nº 0000397-49.2012.8.17.1470 ajuizada pelo Município de Terra Nova/PE, objetivando a cobrança de suposto crédito tributário de ISS. Processo suspenso até o julgamento de Embargos à Execução. A estimativa de perda financeira de risco possível perfaz, na data base de 31 de dezembro de 2022 o montante de R\$ 4.197 (R\$ 3.912 em 31 de dezembro de 2021).
- c) Ação Anulatória nº 0050680-86.2021.8.06.0041 que tem como objetivo desconstituir o AI nº 01/2019 do Município de Aurora o qual levanta a cobrança de suposta ausência de recolhimento de ISSQN no contrato firmado entre a TLSA e Construtora Marquise. A estimativa de perda financeira de risco possível, na data base de 31 de dezembro de 2022 é de R\$ 7.833.
- d) Execução Fiscal nº 0804738-05.2019.4.05.8100 para cobrança de débito que está relacionado ao processo administrativo de nº 50500.189430/2015-93 (multa pela não conclusão do TS - Salgueiro/PE a Trindade/PI no prazo previsto em contrato), com dívida no valor de R\$ 3.893.042,74, com CAD nº 4.006.008552/19-13. A estimativa de perda financeira de risco possível, na data base de 31 de dezembro de 2022 é de R\$ 4.773.
- e) Execução Fiscal nº 0804734-65.2019.4.05.8100 para cobrança de débito que está relacionado ao processo administrativo nº 50500.431931/2016-69 (descumprimento de prazo para conclusão de obras dos trechos SPS e EMT) com dois Autos de Infração (nº 23 e 24/2016/GPFER/SUFER) possuindo com valor da dívida o montante de R\$ 2.491.266,72, com CDA de nº 4.006.008550/19-98 e (b) 50500.431931/2016-69 – dívida no valor de R\$ 2.491.266,72, com CDA nº 4.006.008549/19-17. A estimativa de perda financeira de risco possível, na data base de 31 de dezembro de 2022 é de R\$ 6.109.

14. Partes relacionadas

Os saldos de ativos e passivos relativos a operações com partes relacionadas, decorrem de transações da Companhia com acionistas, profissionais-chave da Administração e outras partes relacionadas.

a) Saldos com partes relacionadas

A Companhia realizou as seguintes transações com partes relacionadas diretas e indiretas, cujos saldos em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021 estão listados a seguir:

	CSN - Companhia Siderúrgica Nacional	FTL - Ferrovia Transnordestina Logística S.A.	31/12/2022	31/12/2021
Ativo				
Juros capitalizados acumulados				
(a)	497.384	92.356	589.740	436.318
Outras contas a receber (b)	-	-	-	4.887
Cessão de direitos creditórios (f)	36.646		36.646	-
Passivo				
Adiantamento para futuro aumento de capital (c)	1.484.759	-	1.484.759	927.077
Contrato de mútuo (d)	1.273.271	93.626	1.366.897	1.123.440

	CSN - Companhia Siderúrgica Nacional	FTL - Ferrovia Transnordestina Logística S.A.	31/12/2022	31/12/2021
Resultado				
Receitas com serviços compartilhados (e)	-	5.301	5.301	5.607
Despesas com cessão predial	-	(1.527)	(1.527)	(1.039)
Cessão de direitos creditórios (f)	779	-	779	-
Total resultado	779	3.774	4.553	4.568

- (a)** Juros capitalizados – Referente a juros sobre mútuos captados para aplicação no Projeto Transnordestina contabilizados no ativo imobilizado, conforme divulgado na Nota 20.
- (b)** Bloqueio judicial realizado na Transnordestina Logística S.A. em favor do Sindicato do Piauí – STEFEPI, referente a causas trabalhistas de funcionários da FTL - Ferrovia Transnordestina Logística S.A.
- (c)** Valores recebidos como adiantamento para custear o volume mínimo das operações da companhia.
- (d)** Contrato de mútuo - Os contratos de mútuo junto às partes relacionadas possuem prazo médio de dois anos, com renovação automática, e com incidência média de juros variáveis, sendo: CDI + 4%, 110,8% do CDI, 130% do CDI e IOF.
- (e)** Serviços Compartilhados e outros – Representado substancialmente por valores a receber referente ao rateio de gastos administrativos, nos termos do contrato de serviços compartilhados firmado entre as partes, além de saldos a receber por reembolso de despesas.
- (f)** Contrato de cessão de crédito de recebíveis, celebrado em 05 de dezembro de 2022, entre Transnordestina Logística S.A e Companhia Siderúrgica Nacional, com taxa de 1,29% a.m, com vencimento em 19 de janeiro 2023.

b) Movimentação com partes relacionadas

	Ativo		Passivo		
	Outras contas a receber com FTL	AFAC (CSN)	Mútuo com CSN	Mútuo com FTL	Total
Saldo 31/12/2021	4.887	927.077	1.031.002	92.438	2.050.517
Adições/ Liberações	-	657.682	100.000	-	757.682
Integralização	-	(100.000)	-	-	(100.000)
IOF	-	-	1.912	-	1.912
Atualização financeira	-	-	140.357	11.153	151.510
Amortização principal	(4.887)	-	-	(4.087)	(4.087)
Amortização juros	-	-	-	(4.997)	(4.997)
IR	-	-	-	(881)	(881)
Saldo 31/12/2022	-	1.484.759	1.273.271	93.626	2.851.656

Pessoal-chave da Administração

O pessoal-chave da Administração, que tem autoridade e responsabilidade pelo planejamento, direção e controle das atividades da Companhia inclui os membros do conselho de Administração, os diretores estatutários e demais diretores.

A Companhia apresenta no quadro a seguir informações sobre remunerações acumuladas no exercício findo em 31 de dezembro de 2022 e de 2021:

	31/12/2022	31/12/2021
Benefícios de curto prazo para administradores	5.976	2.355

15. Patrimônio líquido

a) Capital social

Em 31 de dezembro de 2022, o capital social, subscrito e integralizado, está representado por 55.963.093 ações nominativas (52.199.511 em 31 de dezembro de 2021), no valor de R\$ 3.579.759 (R\$ 3.409.758 em 31 de dezembro de 2021), sendo 28.313.622 ações ordinárias e 27.649.471 ações preferenciais (26.099.763 ações ordinárias e 26.099.748 ações preferenciais em 31 de dezembro de 2021), sem valor nominal.

A Companhia poderá, mediante deliberação do Conselho de Administração, aumentar o seu capital social, independentemente de reforma estatutária, até o limite de 160.000.000 ações nominativas, sem valor nominal, sendo 80.000.000 de ações ordinárias, 30.000.000 de ações preferenciais classe "A" e 50.000.000 de ações preferenciais classe "B".

Em 31 de dezembro de 2022 e em 31 de dezembro de 2021, o capital social, subscrito e integralizado, está composto conforme quantidade de ações distribuída abaixo:

	31/12/2022		Total
	Ordinárias	Preferenciais	
Companhia Siderúrgica do Nacional – CSN	26.382.163	501.789	26.883.952
BANCO FIBRA S/A	-	355	355
IBIS PARTICIPAÇÕES E SERVIÇOS LTDA	-	741	741
BNDES Participações – BNDESPAR	208.743	3.223.271	3.432.014
BNDES	-	4.318.334	4.318.334
FINAME	-	918.906	918.906
INFRA S.A.	1.722.716	18.686.075	20.408.791
Total	28.313.622	27.649.471	55.963.093

Em 11 de novembro de 2022, a Companhia aumentou o capital social em R\$ 100.000, com recursos de adiantamento para futuro aumento de capital (AFAC), mediante a emissão de 2.213.859 (dois milhões, duzentos e treze mil, oitocentos e cinquenta e nove) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, ao preço unitário de R\$ 45,17 por ação, correspondente ao valor patrimonial líquido de cada ação, que foram totalmente subscritas e integralizadas pelo acionista Companhia Siderúrgica Nacional - CSN.

Na mesma data, a Companhia aumentou o capital social em R\$ 70.000, em dinheiro, mediante a emissão de 1.549.723 (um milhão quinhentos e quarenta e nove mil, setecentos e vinte e três) ações preferenciais da classe B, nominativas e sem valor nominal, ao preço unitário de R\$ 45,17, as quais foram totalmente subscritas e integralizadas pelo acionista Fundo de Investimentos do Nordeste - FINOR.

	31/12/2021		Total
	Ordinárias	Preferenciais	
Companhia Siderúrgica do Nacional – CSN	24.168.304	501.789	24.670.093
BNDES Participações – BNDESPAR	208.743	2.609.958	2.818.701
BNDES	-	3.383.020	3.383.020
FINAME	-	918.906	918.906
INFRA S.A.	1.722.716	18.686.075	20.408.791
Total	26.099.763	26.099.748	52.199.511

b) Reservas

- **Reserva legal**

É constituída a razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social nos termos do artigo 193 da Lei No. 6.404/76, até o limite de 20% do capital social.

- **Dividendos**

Um montante proposto pela Diretoria e aprovado pelo Conselho de Administração para pagamento de dividendos, sendo que não serão inferiores a 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido ajustado, nos termos do artigo 202 da Lei nº 6.404/76, quando aplicável.

Resultado por ação

O resultado por ação básico e resultado por ação diluído foram calculados com base no resultado atribuível aos acionistas da Companhia no exercício findo em 31 de dezembro de 2022 e de 2021 conforme o quadro abaixo:

Prejuízo básico por ação	Ordinárias	Preferenciais	31/12/2022	31/12/2021
Prejuízo do exercício			(61.861)	(97.056)
Quantidade de ações média ponderada durante o exercício (*)	26.376.495	26.293.463	52.669.959	52.199.511
Resultado por ação – básico e diluído (por lote de mil ações)			(1,1745)	(1,8593)

(*) Instrumentos antidiluidores.

Os instrumentos abaixo relacionados diminuem os prejuízos por ação básicos, por isso não foram incluídos no cálculo do prejuízo por ação diluído. Como consequência, a quantidade média ponderada de ações utilizada na apuração do prejuízo diluído por ação foi a mesma utilizada para o cálculo do prejuízo por ação básico.

	31/12/2022	31/12/2021
Ações consideradas como emitidas sem nenhuma contrapartida relacionadas a:		
Debêntures	60.585	56.036

16. Despesas por natureza

Despesas administrativas e gerais	31/12/2022	31/12/2021
Folha de pagamento	(13.905)	(10.818)
Material	(55)	(53)
Serviço	(3.750)	(3.748)
Depreciação	(10.238)	(5.972)
Total	(27.948)	(20.591)

Outras receitas (despesas) operacionais		
Provisões para riscos fiscais, trabalhistas e cíveis	(13.660)	(34.719)
Baixa de ativo	-	(21.110)
Multas	(552)	(160)
Outras receitas (despesas)	(1.427)	212
Provisão (reversão) para perda de estoque	3.277	(38)
Total	(12.362)	(55.815)

17. Resultado financeiro

	31/12/2022	31/12/2021

Receitas financeiras		
Descontos obtidos	2.854	3.136
Juros ativos	175	57
Outros	2.979	1.961
Total	6.008	5.154

Despesas financeiras		
Juros sobre empréstimos e financiamentos (a)	(13.076)	(14.588)
IOF	(65)	(18)
Comissões de fianças bancárias	(7.643)	(6.146)
PIS e Cofins sobre receitas financeiras	(895)	(528)
Juros e multa	(4.393)	(2.969)
Outros	(1.487)	(1.555)
Total	(27.559)	(25.804)

Resultado financeiro	(21.551)	(20.650)

(a) Conforme mencionado nas Notas Explicativas nº 9 e 11 os juros incorridos e demais encargos financeiros, relativamente a financiamentos obtidos de terceiros, para construção de bens integrantes do ativo imobilizado, foram capitalizados. O saldo remanescente no resultado refere-se a financiamentos obtidos de terceiros não relacionados com imobilizado e para capital de giro referente a obras já encerradas.

18. Instrumentos financeiros

a) Composição dos saldos

O valor contábil dos ativos e passivos financeiros representa a exposição máxima do crédito. A exposição máxima do risco do crédito na data das informações financeiras foi:

	31/12/2022	31/12/2021
Ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado		
Empréstimos e recebíveis		
Caixa e equivalentes de caixa	1.164	1.259
Depósitos judiciais	10.668	25.396
Total	11.832	26.655
Aplicação financeira	121.959	7.242
Total	133.791	33.897

Passivos financeiros

Passivos financeiros mensurados pelo custo amortizado	31/12/2022					
	Valor contábil	6 meses ou menos	6-12 meses	1-2 anos	2-5 anos	Mais que 5 anos
Empréstimos e financiamentos	494.135	24.639	33.160	51.573	159.128	225.635
Debêntures	5.423.787	-	84.125	73.153	242.142	5.024.367
Partes relacionadas	1.366.897	-	-	1.366.897	-	-
Fornecedores e outras contas a pagar	61.550	61.550	-	-	-	-
Total	7.346.369	86.189	117.285	1.491.623	401.270	5.250.002

Passivos financeiros mensurados pelo custo amortizado	31/12/2021					
	Valor contábil	6 meses ou menos	6-12 meses	1-2 anos	2-5 anos	Mais que 5 anos
Empréstimos e financiamentos	542.490	26.027	33.380	47.378	157.073	278.632
Debêntures	5.228.397	107.773	61.447	64.252	216.088	4.778.837
Partes relacionadas	1.123.440	-	-	1.123.440	-	-
Fornecedores e outras contas a pagar	70.612	70.612	-	-	-	-
Total	6.964.939	204.412	94.827	1.235.070	373.161	5.057.469

b) Critérios, premissas e limitações utilizadas no cálculo dos valores justo.

Empréstimos e financiamentos

O valor dos empréstimos e financiamentos está sendo calculado na data de 31 de dezembro de 2022 pelo custo amortizado. Os valores justos de outros ativos e passivos de longo prazo não diferem significativamente de seus valores contábeis.

Fornecedores e outras contas a pagar

Os fornecedores são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis acrescidos, quando aplicável dos correspondentes encargos, variações monetárias e/ou cambiais incorridas até a data do balanço patrimonial.

c) Riscos operacionais

Com a cisão dos ativos e passivos operacionais referentes à Malha I, a Companhia se encontra em fase de implantação, com prazo para início das operações atualmente em revisão e discussão junto aos órgãos responsáveis. Neste período, poderá estar sujeita ao aumento nos custos operacionais, como energia elétrica e combustível, de forma desproporcional ao aumento dos preços de venda que espera praticar no fechamento de contratos com seus clientes.

Como ferramenta de controle, a Administração elabora orçamento anual e plurianual, bem como revisa periodicamente as premissas adotadas na elaboração do plano de negócios, de modo a identificar antecipadamente situações que possam impactar negativamente em suas operações, bem como adotar medidas preventivas que lhe permitam assegurar o equilíbrio econômico e financeiro da Companhia em curto, médio e longo prazo.

d) Risco de liquidez

As maturidades contratuais de passivos financeiros, incluindo pagamentos de juros estimados e excluindo o impacto de acordos de negociação de moedas pela posição líquida, estão apresentadas no quadro Nota Explicativa nº 18 **(a)**.

Risco de taxas de juros

Os resultados da Companhia não estão suscetíveis de sofrer variações significativas decorrentes das operações de empréstimos e financiamentos, visto que as taxas praticadas nessas operações possuem custo fixo ou estão baseados em TJLP, cuja variação ocorre trimestralmente. A Companhia não contrata instrumento financeiro específico para mitigar esses riscos.

e) Análise de sensibilidade de variações nas taxas de juros

Os resultados da Companhia estão suscetíveis de sofrer variações, não significativas, em função dos efeitos da volatilidade da taxa CDI sobre empréstimos e sobre as aplicações financeiras atreladas a essa taxa e da TJLP sobre a parte dos empréstimos e financiamentos que estão atrelados a esta taxa.

	31/12/2022	31/12/2021
Ativos em CDI	123.397	8.502
Passivo em CDI	1.366.897	1.123.440
Passivos em TJLP	5.670.843	5.492.467

A Companhia apresenta abaixo três cenários de variação das taxas e os respectivos resultados futuros que seriam gerados. São eles: **(i)** cenário 1 (provável) que é adotado pela Companhia, com 98,73% do CDI à taxa de 12,22% a.a., com 110,8% do CDI à taxa de 13,82% a.a., com 130% do CDI à taxa de 16,4% a.a., com CDI mais 4% à taxa de 4,98% a.a. e TJLP à taxa de 6,78% a.a., **(ii)** cenário 2, considerando um aumento e redução de 25% sobre as taxas e **(iii)** cenário 3, considerando um aumento e redução de 50% sobre as taxas.

Abaixo a demonstração da variação das taxas para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022, conforme cenário demonstrado acima:

Variação positiva	Risco	Cenário 1 (provável)	Cenário 2 (variação de 25%)	Cenário 3 (variação de 50%)
Transação				
Empréstimo em TJLP	5.670.843	TJLP a 6,78%	TJLP a 5,08%	TJLP a 3,39%
Despesa financeira		(384.483)	(288.079)	(192.242)
Empréstimo em CDI (110,8%)	93.625	CDI a 13,82%	CDI a 10,37%	CDI a 6,91%
Despesa financeira		(12.939)	(9.709)	(6.469)
Empréstimo em CDI (130%)	733.990	CDI a 16,4%	CDI a 12,3%	CDI a 8,2%
Despesa financeira		(120.374)	(90.281)	(60.187)
Empréstimo em CDI (+4%)	539.281	CDI a 4,98%	CDI a 3,73%	CDI a 2,49%
Despesa financeira		(26.856)	(20.115)	(13.428)
Aplicações financeiras em CDI (98,73%)	123.397	CDI a 12,22%	CDI a 15,28%	CDI a 18,33%
Receita financeira		15.079	18.855	22.619
Variação negativa	Risco	Cenário 1 (provável)	Cenário 2 (variação de 25%)	Cenário 3 (variação de 50%)
Transação				
Empréstimo em TJLP	5.670.843	TJLP a 6,78%	TJLP a 8,47%	TJLP a 10,17%
Despesa financeira		(384.483)	(480.320)	(576.725)
Empréstimo em CDI (110,27%)	93.625	CDI a 13,82%	CDI a 17,28%	CDI a 20,73%
Despesa financeira		(12.939)	(16.178)	(19.408)
Empréstimo em CDI (130%)	733.990	CDI a 16,4%	CDI a 20,5%	CDI a 24,6%
Despesa financeira		(120.374)	(150.468)	(180.562)
Empréstimo em CDI (+4%)	539.281	CDI a 4,98%	CDI a 6,22%	CDI a 7,47%
Despesa financeira		(26.856)	(33.543)	(40.284)
Aplicações financeiras em CDI (99%)	123.397	CDI a 12,22%	CDI a 9,17%	CDI a 6,11%
Receita financeira		15.079	11.316	7.540

19. Cobertura de seguros (não auditado)

A Companhia adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes, pela sua Administração, para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria de demonstrações financeiras, consequentemente não foram examinadas pelos nossos auditores independentes.

A Companhia possui cobertura de seguros contra responsabilidade civil, com o limite máximo de indenização de R\$ 50.000 e seguro para obras civis com o limite máximo de indenizações de R\$ 500.000, ambos com vigência até fevereiro de 2027.

20. Transações que não afetaram caixa

	31/12/2022	31/12/2021
Ativo imobilizado		
Encargos capitalizados (financiamentos)	29.167	26.797
Encargos capitalizados (debêntures)	408.384	299.289
Encargos capitalizados (mútuo)	153.422	62.587
Fianças capitalizadas	10.440	13.531
Rendimentos capitalizados	(11.655)	(4.213)
Provisão para fornecedores (imobilizado)	5.951	1.237
Reconhecimento de provisões para riscos capitalizadas	(839)	(1.013)
Apropriações de despesas antecipadas de seguros capitalizadas	5.244	5.133
Demais áreas		
Compensação de depósitos judiciais com provisões para riscos	(16.786)	(1.419)
Compensação de Partes Relacionadas a pagar com mútuos a receber	9.084	1.696
Compensação entre contas a pagar e contas a receber	2.005	4.982
Integralização de AFAC	100.000	-

21. Evento Subsequente

Em janeiro de 2023 foi liquidado o montante em aberto (conforme Nota Explicativa n.14) referente a Cessão de Crédito entre Transnordestina Logística S.A e Companhia Siderúrgica Nacional – CSN.

* * *

Tufi Daher Filho Diretor Presidente	Humberto Augusto Mota da Silva Diretor de Relação com Investidores e Diretor de Administração e Finanças
Marcelo Cunha Ribeiro Conselheiro	Alex Augusto Sanches Trevisan Conselheiro
Bruno Tetner Conselheiro	Arno Schwarz Conselheiro
Marcelo Cicerelli Silva Conselheiro	Yoshiaki Nakano Conselheiro
Leandro Noronha Almeida Conselheiro	Glauton Fernandes Guimarães CRC CE nº 026220/O-3 Contador Responsável